

## CERTIDÃO

----- **Certifica-se** que, da minuta da ata da reunião desta Câmara Municipal, parte respetiva, realizada em três de agosto de dois mil e dezassete, consta a deliberação, que se transcreve: -----

----- **“20 – ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA TROFA – PRORROGAÇÃO DE PRAZO** -----

----- Foi presente à Câmara Municipal, a informação técnica n.º I/5262/2017, prestada pelo Departamento de Administração do Território, em 28 de julho, e documentos a ela anexos, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, constituindo as trinta e nove folhas (dezassete delas utilizadas, também, no verso), e duas plantas que se anexam no final por documento n.º 19. -----

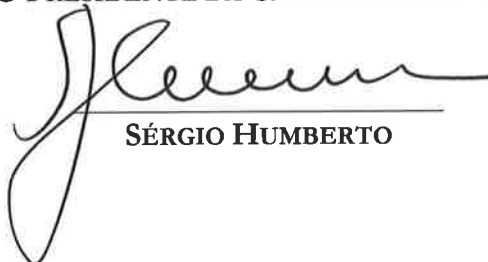
----- Despacho do Senhor Presidente da Câmara: “À Câmara. 31/07/2017” -----

----- **Deliberação:** -----

----- **Deliberado por unanimidade, aprovar o assunto mencionado em epígrafe e nos termos propostos**. -----

----- Trofa e Sede do Município, quatro de agosto de dois mil e dezassete -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL



SÉRGIO HUMBERTO

**DAT****Setor:****RESPONSÁVEL TÉCNICO****DESPACHO SUPERIOR**

À CÂMARA.  
Spreu  
31/07/2017

DATA: 28/07/2017

INFORMAÇÃO N.º 1/5262/2017

N.º DE PROCESSO:

LOCAL:

NOME DO REQUERENTE:

**ASSUNTO: 1/5262/2017 - ALTERAÇÃO AO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA TROFA - PRORROGAÇÃO DE PRAZO**

1 - Ao abrigo do disposto no artigo 95.º, do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), publicado através do Decreto-lei 380/99 de 22 de setembro, a Câmara Municipal da Trofa, em sede de reunião de 16 de abril de 2015, deliberou, por unanimidade, alterar o Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa (PPZIT), devendo o mesmo estar concluído no prazo de 24 meses, aprovando ainda os respetivos termos de referência, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 74.º do RJIGT em vigor àquela data (anexo n.º 1);

2- Na mesma reunião de Câmara e, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 107º do RJIGT, foi deliberado, por unanimidade, aprovar a proposta de Suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e o respetivo estabelecimento de medidas preventivas para a área do Plano, ao abrigo do n.º 3 do mesmo artigo (anexo n.º 2);

3 - A Assembleia Municipal da Trofa, em sessão ordinária realizada a 30 de abril de 2015, deliberou determinar a suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, por um período de 24 meses, bem como o respetivo estabelecimento de medidas preventivas para a área do Plano (anexo n.º 3);

4 - De acordo com o estipulado na alínea f) do n.º 4 do artigo 148º do RJIGT, conjugado com o artigo 6º n.º 2 da Portaria n.º 245/2011 de 22 de junho, esta deliberação da Assembleia Municipal foi publicada em Diário da República, 2.ª Série, através do Aviso n.º 8728/2015, de 10 de agosto de 2015 (anexo n.º 4);

5 - Por lapso dos serviços municipais, a deliberação da Câmara Municipal relativa à abertura do procedimento de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e os respetivos termos de referência não foram publicados em Diário da República (II Série), conforme o disposto

ATA N.º 17/2017 DOCUMENTO 19

no n.º 2 do artigo 77.º do RJIGT então em vigor, não tendo sido assim aberto o período de participação preventiva para formulação de sugestões e informações que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de alteração.

6 - Em 4 de maio de 2015 o RJIGT foi revogado pelo Decreto-Lei 80/2015, que, de acordo com o artigo 119.º conjugado com o artigo 76º deste diploma, mantém a obrigatoriedade da publicação desta deliberação em Diário da República.

Assim, e considerando que:

- a) Os trabalhos técnicos inerentes à alteração do Plano ainda se encontram a decorrer;
- b) Para a sua conclusão é necessário prolongar o prazo em curso;
- c) É fundamental retificar a não publicação da abertura do procedimento deliberado em 16 de Abril de 2015 e os respetivos termos de referência aí determinados;
- d) É relevante para a prossecução da alteração ao Plano de Pormenor a auscultação da população através da participação preventiva para a formulação de sugestões e informações que possam ser consideradas no procedimento de acordo com o artigo 88.º do RJIGT;

Propomos submeter a deliberação da Câmara Municipal o seguinte:

1. Aprovar a prorrogação do prazo de elaboração da alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa (PPZIT), por um prazo de 24 meses, contados a partir de 16 de abril de 2017, nos termos do estipulado no n.º 6 do artigo 76º do RJIGT;
2. Publicar os termos de referência que fundamentam a oportunidade da sua alteração, que fixam os respetivos objetivos e contém a qualificação da alteração para a não sujeição a avaliação de impacto ambiental, de acordo com os critérios de determinação da probabilidade de efeitos significativos no ambiente, estabelecidos no anexo ao decreto-lei n. 232/2007, já aprovados em sede de reunião de Câmara Municipal de 16 de abril de 2015;
3. Iniciar o período de participação preventiva com a duração de 15 dias úteis, a iniciar no 5.º dia após a publicação do Aviso da aprovação da prorrogação do prazo de elaboração do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e respetivos termos de referência em Diário da República (II Série), ao abrigo do n.º 2 do artigo 88º do RJIGT, para formulação de sugestões e informações que possam ser consideradas no âmbito do respetivo procedimento de alteração ao Plano.

À consideração superior,

Diretor de Departamento



(António Charro)



## CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA

## CERTIDÃO

----- Certifica-se que, da minuta da ata da reunião desta Câmara Municipal, parte respetiva, realizada em dezasseis de abril de dois mil e quinze, consta a deliberação, que se transcreve: -----

----- “ **15 - PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA TROFA – PROPOSTA DE ABERTURA DO PROCEDIMENTO DE ALTERAÇÃO DO PLANO** -----

----- Foi presente à Câmara Municipal, a informação técnica n.º I/2822/2015, prestada pela Divisão de Planeamento, Urbanismo e Obras Particulares, em 10 de abril, e documentos a ela anexos, incluindo os termos de referência da alteração ao Plano em causa, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, constituindo as dez folhas e duas plantas, que se anexam no final por documento n.º 14. -----

----- Despacho do Senhor Presidente da Câmara: “À Câmara, 13/04/2015” -----

----- **Deliberação:** -----

----- **Deliberado por unanimidade aprovar o assunto mencionado em epígrafe, nos termos e com os fundamentos propostos, no sentido de:** -----

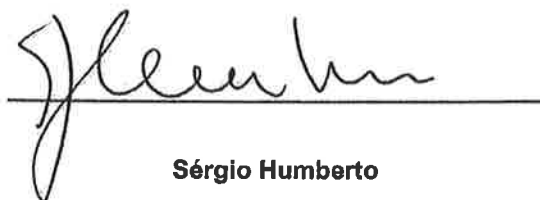
- 1 - Autorizar, nos termos do disposto no artigo 95.º do RJIGT, a abertura de procedimento de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa que deverá estar concluído no prazo de 24 meses, e aprovar os respetivos termos de referência do mencionado plano anexos, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do artigo 74.º do RJIGT; -----
- 2 – Não qualificar a alteração do Plano de Pormenor como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente, ao abrigo dos n.ºs 5 e 6 do artigo 74.º do RJIGT, e ainda do n.º 7 do artigo 3.º e Anexo do Decreto-Lei n.º 232/2007, de 15 de junho, na redação atual, com os fundamentos constantes do ponto 5 dos termos de referência anexos; -----
- 3 – Determinar a abertura de um período de participação preventiva para formulação de sugestões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de alteração ao plano, com a duração de 15 dias úteis, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 77.º do RJIGT. ” -----



## CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA

----- Está conforme o original. -----  
----- Mais se certifica que a ata de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em  
minuta no final da mesma reunião, com vista à sua executoriedade imediata. -----  
----- Trofa e Sede do Município, vinte de abril de dois mil e quinze -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA**

  
**Sérgio Humberto**

**DAT - Divisão de Planeamento, Urbanismo e Obras Particulares**

**Sector:** DPUOP/GT - Gabinete Técnico

**RESPONSÁVEL TÉCNICO**

*Concedido.*  
*10.04.2015*  
*António, Cláudio*  
*Concedido. A Construção Plan.*  
*o Diretor D.A.T.*

**DESPACHO SUPERIOR**

*A Câmara.*  
*Silvestre*  
*13/04/2015*

DATA: 10/4/2015

INFORMAÇÃO N.º 1/2822/2015

N.º DE PROCESSO:

LOCAL:

NOME DO REQUERENTE:

ASSUNTO: 1/2822/2015 - ALTERAÇÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA TROFA - ABERTURA DO PROCEDIMENTO

Nos termos da alínea b) do n.º 2 e do n.º 8, ambos do artigo 100.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial (RJIGT), aprovado pelo DL n.º 380/99 de 22 de setembro, com a redação conferida pelo DL n.º 46/2009 de 20 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 181/2009 de 7 de Agosto, e ainda pelo DL n.º 2/2011 de 6 de janeiro, a suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa é determinada por Deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e implica, obrigatoriamente, o estabelecimento de medidas preventivas para a área em causa e a **abertura de procedimento de alteração do Plano**, a decorrer simultaneamente à aprovação da suspensão do mesmo.

A respeito da abertura do procedimento de alteração do Plano, em conformidade com a decisão tomada pelo município, ao abrigo do disposto no n.º 8 do art. 100.º do RJIGT, acrescenta-se que esta visa a definição de Termos de Referência que fundamentam a oportunidade da sua alteração e a justificação para a dispensa de avaliação de impacte ambiental.

Importa ainda referir que relativamente ao procedimento de alteração ao plano que, a Câmara Municipal deve garantir a deliberação do mesmo, pelo que para tal, e nos termos do RJIGT, a deliberação de elaboração, com definição da oportunidade e dos Termos de Referência, bem como

IMP.76.02  
Data: 18.07.13

Página 1 de 3

prazos de elaboração e de participação preventiva, deve ser divulgada na comunicação social e página da internet do município e publicada em diário da república.

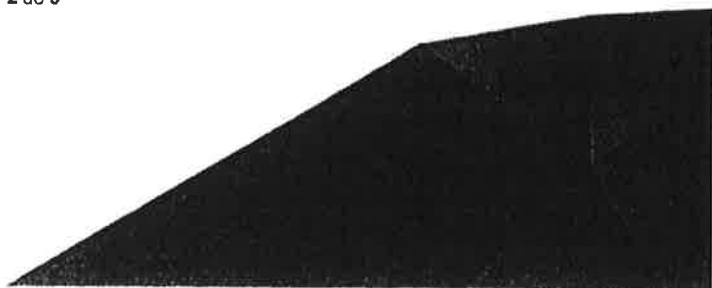
De acordo com a Certidão de Deliberação Camarária de 18 de dezembro de dois mil e catorze, relativa à proposta de suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e Área de Localização Empresarial e o parecer da CCDR-Norte com referência DSOT/DPGU P. 737193, ID 1823158 de 31 de Março de 2015 e pelos motivos expressos nos termos de referência, em anexo à presente proposta e que fundamentam a oportunidade de alteração deste plano, torna-se agora necessário desencadear o procedimento de alteração do plano, em simultâneo com a suspensão do Plano de Pormenor a determinar por deliberação da Assembleia Municipal.

No que diz respeito à avaliação ambiental, consagrada no DL n.º 232/2007 de 15 de Junho com as alterações introduzidas pelo DL n.º 58/2011 de 4 de Maio estão reunidas as condições para a não sujeição a avaliação ambiental, na medida em que os critérios estabelecidos na proposta de alteração do Plano são menos gravosos do que os aprovados no plano de Pormenor, nos termos do definido nos n.ºs 5 e 6 do art. 74 do RJIGT, e em conformidade com a fundamentação constante no ponto 5 dos Termos de Referência, em anexo a esta proposta.

Nos termos do n.1 do art. 96.º do RJIGT, as alterações aos instrumentos de gestão territorial seguem, com as devidas adaptações, os procedimentos previstos para a sua elaboração, aprovação, ratificação e publicação.

Assim, propõe-se que a Câmara Municipal da Trofa delibere:

- 1- Autorizar, nos termos do disposto no art. 95.º do RJIGT, a abertura de procedimento de Alteração do plano de pormenor das Zona Industrial da Trofa que deverá estar concluído no prazo de 24 meses, e aprovar os respetivos Termos de Referência do mencionado plano que se juntam em anexo, ao abrigo do disposto nos n.ºs 1 e 2 do art. 74.º do RJIGT;
- 2- Não qualificar a alteração do Plano de pormenor como suscetível de ter efeitos significativos no ambiente ao abrigo do n.º 5 e 6 do art. 74.º do RJIGT, e ainda do n.º 7 do art. 3.º e Anexo do DL n.º 232/2007 com a nova redação, com os fundamentos constantes do ponto 5 dos Termos de Referência, em anexo a esta proposta;
- 3- Determinar a abertura de um período de participação preventiva para formulação de sugestões que possam ser consideradas no âmbito do procedimento de alteração ao plano, com a duração de 15 dias úteis, ao abrigo do n.º 2 do art. 77.º do RJIGT.



Junto se anexa a Certidão de Deliberação Camarária de 18 de dezembro de dois mil e catorze, relativa à proposta de suspensão do Plano de Pormenor e os Termos de Referência.

À consideração superior,

Técnico Superior

  
(João Almeida)

IMP.76.02  
Data: 18.07.13

Página 3 de 3

Rua das Indústrias, 393 //POLO I //POLO II  
Ap. 65 | 4786-909 Trofa T. +351 252 409 290 T. +351 252 409 850  
E. geral@mun-trofa.pt F. +351 252 409 299 F. +351 252 409 299

09/2015 - DOCUMENTO/2015/DOCUMENTO 19





## CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA

### CERTIDÃO

----- Certifica-se que, da minuta da ata da reunião desta Câmara Municipal, parte respetiva, realizada em dezoito de dezembro de dois mil e catorze, consta a deliberação, que se transcreve: -----

----- “ **11 – PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA TROFA E ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL – SUSPENSÃO DO PLANO E DE ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS** -----

----- Foi presente à Câmara Municipal, a informação técnica n.º I/8348N/2014, prestada pela Divisão de Planeamento, Urbanismo e Obras Particulares em 12 de dezembro, relativa ao assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, constituindo as quatro folhas (utilizadas também no verso) e duas. -----

----- Despacho do Senhor Presidente da Câmara: “À Câmara. 15/12/2014” -----

----- O Senhor Presidente disse que, tendo presente que as vicissitudes deste processo que fizeram com que a Trofa perdesse a oportunidade de concorrer a fundos comunitários e que o próximo Quadro Comunitário de apoio não contempla este tipo de intervenções, já não se justificava que aquela zona ou área tivesse tantas condicionantes e impedimentos, impossibilitando a concretização de investimentos. -----

----- **Deliberação:** -----

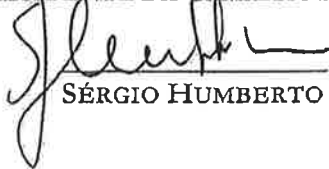
----- **Deliberado por unanimidade aprovar o assunto mencionado em epígrafe, nos termos e com os fundamentos propostos, bem como bem como submeter o mesmo a deliberação da Assembleia Municipal.** -----

----- Está conforme o original. -----

----- Mais se certifica que a ata de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião, com vista à sua executoriedade imediata. -----

----- Trofa e Sede do Município, dezoito de dezembro de dois mil e catorze -----

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

  
SÉRGIO HUMBERTO

36. 6. 1990/96. - 21. 10. 1990. - 1990/96.

**DESPACHO SUPERIOR**

DESPACHO SUPERIOR  
À CÂMARA  
Sfânt  
15/12/2011

Concordo. À consideração superior.

Antônio Charro  
Diretor de Departamento 12/12/14

**INFORMACÃO N.º I/8348N/2014**

LOCAL:

ASSUNTO: 1/8348N/2014 - PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA TROFA E ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL-SUSPENSÃO DO PLANO E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS

61 O.L.NEIV 00706H578 / 091018HEVQOOG1067K6/SR6

Acréscita ainda referir que nas zonas consolidadas e infraestruturadas abrangidas pelo Plano, têm surgido situações de difícil resolução, motivadas pelos mecanismos de aplicação do Plano, dificultando dessa forma o investimento privado.

Conjuntamente com a falta de concretização dos objetivos do Plano, em dinamizarem a área em causa, importa também referir a perspetiva de alterações a introduzir decorrentes do traçado da Variante à EN 14 aprovado pela EP-Estradas de Portugal e pelo N.º da Autoestrada A3 promovido pela BRISA, que foram planeados antes da entrada em vigor do Plano, tendo sido posteriormente alterados pelas entidades gestoras das respetivas infraestruturas. Deste modo torna-se necessário acautelar e concertar estas infraestruturas redesenhadas com as estratégias do Plano.

Página 1 de 8

//POLO II  
T. +351 252 409 850  
F. +351 252 409 299

Importa por isso ponderar sobre a oportunidade do Plano de Pormenor ser suspenso, nos termos da lei – Decreto-Lei n.º 380/99, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro e retificado pela Declaração de retificação n.º 104/2007 de 6 de Novembro e pelo DL n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro, que estabelece regras próprias para este tipo de cenário.

Assim, e tendo em vista não só, o total esclarecimento por parte dos órgãos decisores sobre os procedimentos e tramitação deste processo, mas também das vantagens e desvantagens que lhe estão associadas, passa-se a fazer o enquadramento do mesmo.

## O PLANO DE PORMENOR

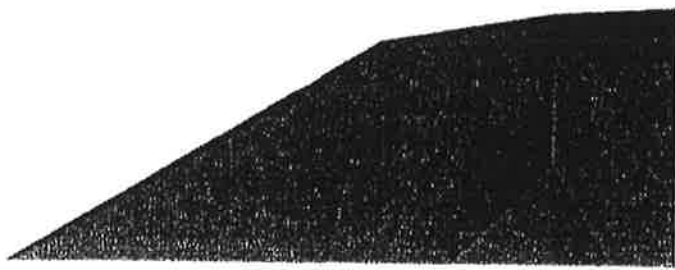
### ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO

A área do território do concelho da Trofa abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e a Área de Localização Empresarial do Município da Trofa, conforme delimitado na planta de implantação anexa, está sujeita a regras e orientações a que devem obedecer a ocupação, o uso e a transformação do solo, bem como todas as obras de edificação, de urbanização, operações de loteamento, trabalho de remodelação de terrenos e outras operações urbanísticas e ainda a utilização de edifícios ou frações autónomas, bem como respetivas alterações de uso, na área identificada na Planta de Implantação.

O plano procedeu à alteração ao Plano Diretor Municipal de Santo Tirso em vigor, publicado através da resolução do Conselho de Ministros n.º 90/94 de 23 de Setembro, para este território, à data da sua vigência:

- Na planta de Ordenamento, a classificação e a qualificação do território abrangido pelo Plano foram alteradas nos termos constantes da Planta de Alterações do PDM, que é parte integrante deste Plano de Pormenor;
- Na área de intervenção do Plano, as normas constantes do regulamento do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso foram alteradas e substituídas pelas que constam no regulamento do Plano.

Através dele pretendeu-se desenvolver e concretizar uma ocupação como resposta ao estabelecido no PDM para esta unidade de planeamento, promovendo as condições, com base nos objetivos gerais do plano estabelecidos no artigo 2.º do regulamento do Plano, que visavam uma correta implementação e instalação de unidades industriais e afins (armazéns e oficinas), unidades comerciais e de serviços complementares, bem como habitação.





2- Inexistência de qualquer desenvolvimento do território em solo urbanizável constituído pela Unidade Operativa de Planeamento e Gestão – UOPG 1.7-Zona Industrial da Trofa que está sujeita à aprovação e um projeto global e integrado sem o qual não se podem aprovar projetos parcelares de infraestruturas;

3- Conjuntura socioeconómica desfavorável;

4- Falta de infraestruturização dependente de fatores externos.

Acresce ainda aos factos descritos a alteração do traçado da Variante à EN14 entre Maia e Famalicão e zona de servidão non aedificandi, cujo Estudo Prévio foi aprovado por despacho do diretor de projetos da EP-Estradas de Portugal em 2010/07/09, com publicação no Diário da República, 2.ª série – n.º 142 de 23 de Julho de 2010, pela Declaração (extrato) n.º 159/2010. Este novo traçado criou uma situação de incompatibilidade com o traçado do Plano de Pormenor abrangendo áreas afetadas ao uso do solo que importa corrigir (ver anexo).

Deste modo considera-se existirem razões que impedem a melhor dinâmica do plano em resultado da alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico-sociais incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas nos objetivos gerais do Plano. Pelo facto torna-se necessário adotar medidas decorrentes da verificação das circunstâncias excecionais que se repercutem no ordenamento do território pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes que se consubstanciam na suspensão do Plano (n.º 4 do artigo 93.º do RJIGT).

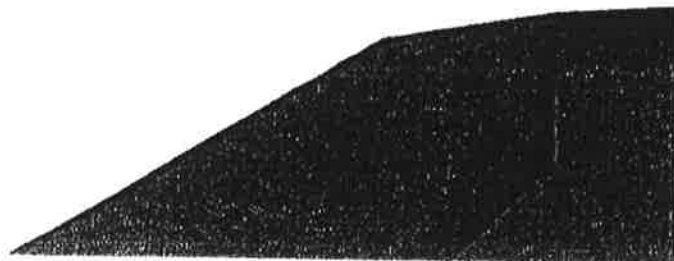
### MEDIDAS PREVENTIVAS

Na área para a qual é proposta a suspensão do Plano são estabelecidas medidas preventivas, conforme o previsto no n.º 8 do artigo 100.º do RJIGT destinadas a evitar as circunstâncias que comprometem ou tornam onerosa a execução do plano, determinam a suspensão da eficácia deste na área abrangida pelas referidas medidas.

As medidas abrangem apenas as ações necessárias para os objetivos de dinamização a atingir, determinadas para área do Plano que abrange solo urbanizado e solo urbanizável.

Para a área do Plano localizada na categoria operativa indicada na planta de Ordenamento do PDM como solo urbanizado a abranger a categoria funcional de espaço de atividades económicas e que integra a unidade operativa de planeamento e gestão – UOPG 1.7 - Zona Industrial da Trofa, cuja Forma de execução e Indicadores e parâmetros urbanísticos previstos são os definidos no Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e Área de Localização Empresarial (artigo 107.º do RPDM), para efeito da proposta de suspensão do mesmo, as operações urbanísticas deverão assumir os critérios definidos no regulamento do Plano Diretor Municipal em vigor para a categoria operativa correspondente a Espaço de Atividades Económicas, conforme identificado na planta de Ordenamento.

Para a área do Plano localizada na categoria operativa indicada na planta de Ordenamento do PDM como solo urbanizável a abranger a categoria funcional de espaço



$\chi$     $\chi$   
 $\chi$

**Durante o prazo de suspensão importa decidir sobre as alterações que têm por objetivo compatibilizar o traçado das redes viárias com a estratégia do Plano.**

**A introdução destas alterações implica ainda que estas se adaptem à legislação em vigor ou ainda a qualquer outra subsequente que venha a vigorar até à publicação do Plano.**

**De acordo com as circunstâncias excepcionais enunciadas, entendemos ser enquadrável o desenvolvimento da proposta de suspensão total do Plano. Para tal a mesma deverá ser determinada por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º2 do artigo 100.º do RGIT, sujeita a parecer prévio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional territorialmente competente, emitido no prazo improrrogável de 30 dias, que acompanha a proposta de suspensão do Plano de pormenor apresentada pela Câmara municipal à assembleia municipal, após ponderação da pronúncia da CCDR-Norte.**

A suspensão, abrangendo a totalidade da área do plano, decorre da necessidade de ajustar os objetivos e estratégias expressas no plano de pormenor com a nova realidade (menos favorável ao nível do reforço do tecido económico municipal existente) e as incompatibilidades decorrentes da alteração nas redes viárias previstas.

A suspensão prevista na alínea b) do n.º 8 do artigo 100.º do RJIGT implica obrigatoriamente o estabelecimento de medidas preventivas e a abertura de procedimento de alteração do plano e pormenor para a área em causa, em conformidade com a decisão tomada pelo município com vista a compatibilizar o novo traçado da variante à EN 14, o Nó da Autoestrada A3, sem prejuízo de garantir os interesses municipais e externos com a salvaguarda das principais características do contexto ambiental local.

IMP.76.02  
Data: 18.07.13

Página 5 de 8

Rua das Indústrias, 393  
Ap. 65 | 4786-909 Trofa  
E. geral@mun-trofa.pt

```
//POLO.1
T. +351 252 409 290
F. +351 252 409 299.
```

```
//POLO II
T. +351 252 409 850
F. +351 252 409 299
```

Nº 290/2015 DOCUMENTO 19

Relativamente ao estabelecimento de medidas cautelares e de forma a enquadrar o respetivo âmbito territorial, temporal, material e de aplicação das mesmas são enunciadas medidas preventivas de natureza jurídica.

Após a aprovação pela Assembleia Municipal da suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, incluindo o texto das Medidas Preventivas respetivas e a planta de delimitação, a Câmara procede ao envio dos elementos instrutórios destinados à publicação da deliberação da AM na 2.ª série do Diário da República e de uma coleção completa do processo para depósito na DGOTDU, de acordo com o estabelecido nas alíneas e) e f) do n.º 4 do artigo 148.º do RJIGT, conjugado com o artigo 6.º n.º 2 da Portaria n.º 245/2011 de 22 de Junho.

Com a publicação em Diário da República das medidas preventivas e da suspensão da totalidade da área de intervenção do Plano passam a vigorar as disposições previstas no Plano Diretor Municipal da Trofa, que estipulam para a área destinada a Solo Urbanizável a adoção das características existentes no local em função do uso dominante em solo rural que integra Espaço Florestal, com a subcategoria de Área Florestal de Produção, bem como para a área destinada a Solo Urbanizado a categoria funcional de Espaço de Atividades Económicas.


As medidas preventivas são objeto de publicação no boletim municipal, assim como em dois jornais diários, num semanário de grande expansão e na página da internet do município (artigo 149.º n.º 2 do RJIGT).

Assim, julga-se que poderá ser sujeita à apreciação da Câmara Municipal a proposta de adoção de Medidas Preventivas, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 107.º do RJIGT, que determina a suspensão da eficácia para a área de intervenção do Plano abrangida por aquelas medidas, de acordo com o previsto no n.º 3 do mesmo artigo.

Com base no conteúdo da presente informação, entende-se ser de submeter à Câmara Municipal para que delibere sobre o seguinte:

1. Aprovar a suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa para a área delimitada em planta anexa à presente deliberação.
2. Estabelecer medidas preventivas para a mesma área pelo prazo de 2 anos, prorrogável por mais 1 ano.
3. Abertura de procedimento de alteração do Plano para a área em causa, em conformidade com a decisão tomada pelo município.

Elementos anexos que compõem a proposta:

- 1-Planta de delimitação da área sujeita a medidas preventivas e suspensão do P.P. 
- 2-Extrato da planta de implantação com a identificação das incompatibilidades;
- 3-Texto das Medidas preventivas.

IMP.76.02  
Data: 18.07.13

Página 6 de 8

## MEDIDAS PREVENTIVAS

### Artigo 1.º

#### Objetivo

As medidas preventivas têm a natureza de regulamento administrativo, sendo estabelecidas nos termos do artigo 107.º n.º1 do RJIGT, por motivo da suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa.

### Artigo 2.º

#### Âmbito territorial

Fica sujeita a Medidas Preventivas a área delimitada na planta anexa à deliberação municipal que estabelece a suspensão, correspondendo à totalidade da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa.

### Artigo 3.º

#### Âmbito material

Decorrente da suspensão, as medidas preventivas visam permitir a aplicação do ordenamento e das respetivas disposições previstas no Plano Diretor Municipal da Trofa em vigor, em solo urbanizado destinado a Espaço de Atividades Económicas e na subcategoria de Área Florestal de Produção, inserida em solo rural destinado a Espaço Florestal, para a área abrangida por solo urbanizável que se localiza na sua contiguidade, assumindo o ordenamento e as respetivas disposições previstas no regulamento do PDM.

### Artigo 4.º

#### Âmbito temporal

IMPRESSÃO E ASSINATURA DO SECRETÁRIO MUNICIPAL  
A 28/08/2015



1-O prazo de vigência das medidas preventivas é de dois anos contados a partir da data da respetiva entrada em vigor, prorrogável por mais um ano, conforme o n.º1 do artigo 112.º do RJIGT, se tal se mostrar necessário.

2- Durante o prazo de vigência referido no número anterior, fica suspensa a totalidade da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, sujeita a Medida Preventivas, nos termos do definido no n.º 3 do art. 100.º do RJIGT.

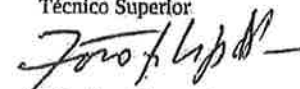
### Artigo 5.º

#### Entrada em vigor

As medidas preventivas entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.

A consideração superior,

Técnico Superior



João Almeida



k



**PLANTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA  
SUJEITA A MEDIDAS PREVENTIVAS  
E SUSPENSÃO DO PLANO**

- LIMITES DO TERRITÓRIO DA CIDADE**  
 - Limites administrativos do município de São Paulo  
 - Limites administrativos do Estado de São Paulo

**ESPACIO FLORESTAL:**  
 - ÁREA FLORESTAL DE PROTEÇÃO  
 - ÁREA FLORESTAL DE PROTEÇÃO

**ESPACIO HABITACIONAL:**  
 - ÁREA DE HABITADO RURAL

**ESPACIO CULTURAL:**  
 - ÁREA DE PARQUE  
 - ÁREA DE MONUMENTALIDADE

**ESPACIO AFETIVO A EXPLORAÇÃO DE RECURSOS GEOLOGICOS**

**SOLO URBANIZADO:**  
 - ESPACIO CULTURAL

**ESPACIO RESIDENCIAL:**  
 - ÁREA DE HABITADO CULTURAL  
 - ÁREA DE HABITADO

**ESPACIO DE ATIVIDADES ECONOMICAS**

**ESPACIO DE USO ESPECIAL:**  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO

**ESPACIO VERDE:**  
 - ÁREA VERDE DE HABITADO ESPECIALIZADO  
 - ÁREA VERDE DE HABITADO ESPECIALIZADO

**SOLO URBANIZÁVEL:**  
 - ESPACIO RESIDENCIAL  
 - ÁREA DE HABITADO CULTURAL  
 - ÁREA DE HABITADO

**ESPACIO DE ATIVIDADES ECONOMICAS**

**ESPACIO COMERCIAL:**  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO

**ESPACIO DE HABITADO:**  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO

**ESTRUTURA ECOLOGICA MUNICIPAL:**  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO  
 - ÁREA DE HABITADO ESPECIALIZADO

ATAN.28/2014 v. TAYAN.10.40.15.2.12

ATA N.º 17/2017 DOCUMENTO 19

ATA N.º 07/2015- DOCUMENTO 13

1.1

## TERMOS DE REFERÊNCIA

(art. 74.º do DL n.º 380/99 de 22 de setembro com a redação dada pelo DL n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro)

### 1. Introdução

O presente documento, a submeter à Câmara Municipal da Trofa, nos termos e para efeitos do n.º 2 do art. 74.º do RJIGT, define os Termos de Referência e enquadra a oportunidade de elaboração da alteração do Plano de Pormenor da zona industrial da Trofa.

O Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e da Área de Localização Empresarial do Município da Trofa foi publicado em Diário da República, 2.ª série, pelo Aviso n.º 22559/2008 de 26 de Agosto de 2008, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na área do território abrangida pelo Plano.

### 2. Fundamentos e oportunidade da alteração

Passados mais de 6 anos sobre a vigência do Plano de Pormenor, as razões que fundamentam a alteração consistem nos baixos níveis de dinâmica de ocupação do solo e de investimento na área em apreço, o que defrauda as expectativas iniciais e contraria a desejável execução do Plano.

Acresce ainda referir que nas zonas consolidadas e infraestruturadas abrangidas pelo Plano, têm surgido situações de difícil resolução, motivadas pelos mecanismos de aplicação do Plano, dificultando dessa forma o investimento privado.

Verificou-se que o desenvolvimento de grande parte das zonas têm encontrado resistência por parte dos investidores privados para aí se instalarem. Na origem desta resistência estará a falta de infraestruturização e de outras condições que ofereçam requisitos qualificados que promovam a celeridade das ações e a atratividade para o desenvolvimento de atividades empresariais de natureza industrial, logística e de serviços, por parte dos investidores privados.

A par desta resistência temos a referir o insucesso da candidatura a financiamento comunitário no âmbito do QREN que impossibilitou a execução das infraestruturas na Área de Localização Empresarial da Trofa (ALET), fundamentais para o desenvolvimento da referida área.

Esta situação não contribuiu para o reforço da localização no concelho de um maior número de indústrias e de serviços e consequentemente o aumento da oferta de emprego local que contribuiria para a fixação de mais população e atividades, verificando-se que os fatores económicos (municipais e externos) nem sempre são coincidentes.

Conjuntamente com a falta de concretização dos objetivos do Plano, em dinamizarem a área em causa, importa também referir na área do plano alterações de traçado de infraestruturas viárias, pelas entidades gestoras das respetivas infraestruturas, designadamente no traçado da variante à EN 14 (aprovado pela EN-estradas de Portugal) e no Nó da Autoestrada A3 (promovido pela BRISA), que originaram situações de incompatibilidade com o previsto no plano de pormenor, tornando-se necessário o seu ajustamento no procedimento de alteração ao plano.

### 3. Objetivos programáticos para o desenvolvimento da solução urbanística

Constitui objetivo da presente proposta expor as razões que determinam a necessidade e oportunidade da Câmara Municipal de promover uma alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa com vista a assegurar uma maior eficácia e eficiência na prossecução dos fins contextualizados nas alíneas a), b) e e) do art. 145.º do RJIGT e nos termos do n.º 2 do art. 93.º do mesmo diploma, mas também em clara sintonia com as orientações referidas anteriormente, apresentar os objetivos programáticos para o desenvolvimento da solução urbanística, que visam:

- Ajustar as alterações de traçado de infraestruturas viárias, designadamente no traçado da variante à EN 14 e no Nó da Autoestrada A3, bem como a correção aos lotes afetados pelo novo traçado;
- Limitar a ocupação do solo, às áreas delimitadas como solo rural, solo urbanizado e solo urbanizável identificada como tal no PDM, aplicando-se-lhe as disposições deste;
- Adequação do desenho urbano de modo a uma maior rentabilização entre a estrutura viária e as áreas de construção.
- Ajustar o desenho urbano com vista a uma relação custo/benefício de projeto mais favorável;
- Ajustar as opções de desenho urbano face à classificação e qualificação do solo prevista no PDM, bem como as dinâmicas urbanísticas decorrentes da evolução das perspetivas económicas e sociais ocorridas durante a vigência do Plano;
- Atualizar a Planta de condicionantes, considerando as servidões administrativas atualmente em vigor, para a área do Plano;
- Alterar o regulamento, de modo a atualizar conceitos, adaptá-lo ao regulamento do PDM em vigor, eliminar incongruências detetadas e resolver constrangimentos registados no âmbito da gestão urbanística;
- Adaptar os demais elementos que acompanham o Plano, face aos instrumentos de gestão territorial de ordem superior e ao quadro legal em vigor.

Estas intenções deverão ser integradas e compatibilizadas de forma a adequar o plano às circunstâncias conjunturais e económicas desfavoráveis, que dificultaram a materialização de operações urbanísticas em solo urbanizado e urbanizável, bem como a falta de infraestruturização dependente de fatores externos que motivaram a suspensão do plano em razão da falta de concretização dos seus objetivos.

### 4. Enquadramento legal e Conteúdo material e documental da proposta

O presente documento que se submete à apreciação da Câmara Municipal da Trofa para efeitos dos n.ºs 1 e 2 do art. 74.º do DL n.º 380/99 de 22 de setembro, com a redação atual dada pelo DL n.º 46/2009, de 20 de fevereiro, alterado pelo DL n.º 181/2009 de 7 de agosto (RJIGT), consubstancia os Termos de Referência para a Alteração do Plano de Pormenor da Trofa.

O conteúdo material e documental da alteração ao Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa deve ter por base o disposto nos art. 91.º e 92.º do RJIGT, sem prejuízo de outras disposições que decorram de regimes especiais e com as adaptações devidas em função da natureza das alterações.

## 5. Dispensa da avaliação ambiental

Considerando que se trata de alterações pontuais, não suscetíveis de ter efeitos significativos no ambiente e que a Área de Localização Empresarial da Trofa (ALET), foi alvo de avaliação de impacte ambiental, não se justifica a aplicação de medidas corretivas, pelo que se julga ser dispensável a sujeição a novo procedimento de avaliação de impacte ambiental, ao abrigo do n.º 3 do art. 96.º do RJIGT.

## 6. Prazo para elaboração da alteração do plano e participação preventiva

Prevê-se um prazo de 20 meses para a elaboração da proposta técnica da alteração do plano de pormenor, acrescido dos prazos inerentes à tramitação legal e procedimentos previstos no RJIGT, designadamente os que respeitam à participação pública configurando-se um prazo total de 24 meses, contados a partir da publicação da Deliberação que determina a abertura do procedimento de alteração do Plano, em Diário da República.

No seguimento da deliberação da Câmara Municipal que determina a alteração do Plano de Pormenor, a participação preventiva irá decorrer durante 15 dias úteis a iniciar no 5.º dias após a publicação do Aviso da aprovação dos Termos de Referência, em Diário da República (II série).

IMP.519.01  
Data: 24.03.14

Página 3 de 3

Rua das Indústrias, 393  
Ap. 65 | 4786-909 Trofa  
E. geral@mun-trofa.pt

//POLO I  
T. +351 252 409 290  
F. +351 252 409 299

//POLO II  
T. +351 252 409 850  
F. +351 252 409 299

ATAN.º 09/2015 - DOCUMENTO 14 - FLS 19/19  
ATAN.º 17/2017 - DOCUMENTO 19



## CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA

## CERTIDÃO

----- Certifica-se que, da minuta da ata da reunião desta Câmara Municipal, parte respetiva, realizada em dezasseis de abril de dois mil e quinze, consta a deliberação, que se transcreve: -----

----- “ **14 - PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA TROFA – SUSPENSÃO DO PLANO E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS** -----

----- Foi presente à Câmara Municipal, a informação técnica n.º I/2821/2015, prestada pela Divisão de Planeamento, Urbanismo e Obras Particulares, em 10 de abril, bem como o parecer da CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, que obteve o registo de entrada n.º E/3786/2015, de 02 de abril, o relatório final de fundamentação para a proposta de suspensão do plano, o texto final das medidas preventivas estabelecidas por motivo da suspensão total do plano e as plantas de implantação do plano e de delimitação da área sujeita a medidas preventivas e suspensão do plano, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, constituindo as onze folhas (cinco delas utilizadas, também, no verso) e duas plantas, que se anexam no final por documento n.º 13. -----

----- Despacho do Senhor Presidente da Câmara: “À Câmara. 13/04/2015” -----

----- **Deliberação:** -----

----- Deliberado por unanimidade aprovar o assunto mencionado em epígrafe, nos termos e com os fundamentos propostos, bem como submeter a presente proposta a deliberação da Assembleia Municipal para que seja determinada a suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, tal como assinalado nas plantas anexas, incidindo sobre todas as disposições do respetivo regulamento a vigorar pelo prazo de dois anos, contados a partir da data da respetiva entrada em vigor, prorrogável por mais um ano, durante o qual fica suspensa a totalidade da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, sujeita a medidas preventivas para a mesma área, cujo texto, também, se encontra anexo, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 2, dos n.ºs 3, 7 e 8 do artigo 100.º e dos n.ºs 2, 4, 5 e 6 do artigo 107.º, ambos do RJIGT. ” -----



## CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA

----- Está conforme o original. -----

----- Mais se certifica que a ata de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião, com vista à sua executoriedade imediata. -----

----- Trofa e Sede do Município, vinte de abril de dois mil e quinze -----

**O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA**

  
\_\_\_\_\_

**Sérgio Humberto**



## DAT - Divisão de Planeamento, Urbanismo e Obras Particulares

Sector: DPUOP/GT - Gabinete Técnico

### RESPONSÁVEL TÉCNICO

Concordo.

10.04.2015

António Silva, chefe de gabinete

Concordo.

A Cariloneira Superior.

O Diretor D.A.T.

DATA: 10/4/2015

N.º DE PROCESSO:

NOME DO REQUERENTE:

ASSUNTO: I/2821/2015 - SUSPENSÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA TROFA, E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS - PROPOSTA DE APROVAÇÃO E SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

### DESPACHO SUPERIOR

À CÂMARA

Splunk

13/04/2015

INFORMAÇÃO N.º I/2821/2015

LOCAL:

De acordo com deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara, de dezoito de dezembro de dois mil e catorze, esta Câmara Municipal deliberou proceder à **suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa**, com o estabelecimento das respetivas medidas preventivas bem como o envio à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte da referida proposta para a área em causa, para emissão de parecer ao abrigo do n.º 4 do artigo 109.º do RJIGT- Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Nos termos do n.º 4 do artigo 93.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial (RJIGT), aprovado pelo DL n.º 380/99 de 22 de setembro, com a redação conferida pelo DL n.º 46/2009 de 20 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 181/2009 de 7 de Agosto, e ainda pelo DL n.º 2/2011 de 6 de janeiro, a suspensão dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer da verificação de circunstâncias excecionais que se repercutem no ordenamento do território, pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes.

Verificando-se circunstâncias excecionais resultantes de alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local para a zona em causa, enquadráveis na alínea b) do n.º 2

IMP.76.02  
Data: 18.07.13

Página 1 de 4

Rua das Indústrias, 393  
Ap. 65 | 4786-909 Trofa  
E. geral@mun-trofa.pt

//POLO I

T: +351 252 409 290

F: +351 252 409 299

//POLO II

T: +351 252 409 850

F: +351 252 409 299

AIAN.º 17/2017 DOCUMENTO 19  
11-EL-S-1/11  
º 09/2015 - DOCUMENTO 13-EL-S-1/11

do artigo 100.º do RJIGT, incompatível com a concretização das opções estabelecidas no plano, que não podem ser implementadas, é determinada a suspensão total do Plano.

A suspensão incide sobre os elementos constituintes do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, na área correspondente ao mesmo e à Área de Localização Empresarial do Município da Trofa, conforme informação técnica n.º I/8348N/2014, extrato da planta de implantação e de delimitação da área em causa e Medidas Preventivas que acompanharam a deliberação camarária de suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa.

A suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa abrange a totalidade das disposições do respetivo regulamento, e, vigora pelo prazo de 2 anos a partir da respetiva entrada em vigor, prorrogável por mais um ano, se tal for necessário.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 e do n.º 8, ambos do artigo 100.º do RJIGT, a suspensão é determinada por Deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e implica, obrigatoriamente, o estabelecimento de medidas preventivas para a mesma área e a abertura de procedimento de alteração do plano, a decorrer em simultâneo.

A referida abertura de procedimento de alteração do Plano de Pormenor, para a área em causa, de acordo com a decisão tomada pelo município, ao abrigo do disposto no n.º 8 do art. 100.º do RJIGT, fundamenta-se pela:

- Incompatibilidade do traçado da variante à EN 14 entre Maia e Famalicão e zona de servidão “non aedificandi” do Plano com a alteração do traçado aprovado por despacho do diretor de projetos da EP-Estradas de Portugal em 2010/07/09 com publicação no Diário da República, 2.ª série – n.º 142 de 23 de Julho de 2010 pela Declaração (extrato) n.º 159/2010, cujo ajustamento de acordo com o traçado aprovado, bem como a correção aos lotes afetados pelo novo traçado das vias;
- Dificuldade da materialização de operações urbanísticas em solo urbanizado;
- Inexistência de qualquer desenvolvimento do território em solo urbanizável constituído pela Unidade Operativa de Planeamento e Gestão – UOPG 1.7 - Zona Industrial da Trofa que está sujeita à aprovação e um projeto global e integrado sem o qual não se podem aprovar projetos parcelares de infraestruturas;
- Falta de infraestruturização dependente de fatores externos,



que definem os motivos expressos nos Termos de Referência que fundamentam a oportunidade de alteração deste plano, tornando necessário desencadear o procedimento de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa.

A área em causa não foi abrangida por medidas preventivas nos últimos quatro anos, de acordo com o previsto nos artigos 5 e 6 do artigo 112.º do RJIGT.

Nos termos da deliberação camarária de suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e considerando a aplicação do disposto nos n.ºs 4 e 7 do artigo 100.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 109.º do RJIGT, foi solicitado através do ofício n.º S/43/2015DPUOP/SED, o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, que deve acompanhar esta proposta de suspensão a enviar à Assembleia Municipal.

Após análise prévia da documentação remetida pela Câmara Municipal da Trofa, através do ofício com referência S/43/2015 de 6/1/2015, foi proposta reunião de trabalho pela CCDDR-Norte, que teve lugar no dia 24 de fevereiro de 2015, para esclarecimentos sobre o pedido apresentado. Da reunião, e recomendações dadas pela CCDDR-Norte, resultaram alterações à documentação inicialmente entregue, nomeadamente ao texto proposto para as medidas preventivas e fundamentação apresentada.

Em conformidade com o estabelecido pela CCDDR-Norte, a Câmara Municipal enviou por correio eletrónico a proposta de alterações com os aspetos indicados por aquela entidade e que integram a proposta de suspensão do plano e o estabelecimento de medidas preventivas.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte emitiu parecer favorável através do ofício com referência DSOT/DPGU P. 737193, ID 1823158 de 31 de Março de 2015, que resultou da análise técnica e jurídica aos elementos enviados pelos serviços municipais e cujo texto final se encontra em anexo à presente proposta.

Deste modo, as Medidas Preventivas propostas traduzem-se na aplicação do ordenamento e das respetivas disposições previstas no Plano Diretor Municipal em vigor em toda a área que abrange o Plano de Pormenor a suspender.

O texto final das medidas preventivas para a área correspondente ao Plano de Pormenor, encontra-se anexo à presente proposta.

Em face do exposto julga-se de propor à Assembleia Municipal que determine a suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, tal como assinalado nas plantas anexas à presente proposta, e que dela fazem parte integrante, incidindo sobre todas as disposições do respetivo regulamento a vigorar pelo prazo de dois anos contados a partir da data da respetiva entrada em vigor, prorrogável por mais um ano, durante o qual fica suspensa a totalidade da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, sujeita a Medidas Preventivas para a mesma área, cujo texto se anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 2, dos n.º 3, 7 e 8 do artigo 100.º e nos n.ºs 2, 4, 5 e 6 do artigo 107.º, ambos do RJIGT.

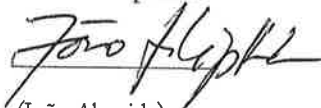
A deliberação de Assembleia Municipal é publicada em Diário da República, e as medidas preventivas, entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

**Junto se anexa:**

- Parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- Relatório final de fundamentação para a proposta de suspensão;
- Texto final das medidas preventivas;
- Planta de delimitação da área sujeita a medidas preventivas;
- Extrato da planta de implantação com a identificação das incompatibilidades

À consideração superior,

Técnico Superior

  
(João Almeida)

**CCDRN**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTEAo DAT Jai =  
levar - reunião de Mr. Henrique de 30/4/2015  
e - Início de Aduar.  
02 de 2015

02 04 2015

E/3786/2015

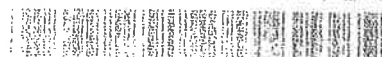
Exmº Senhor

Presidente da Câmara Municipal da Trofa

Rua das Indústrias, 393

4786 - 909 TROFA

Doc. 1823158 31-03-2015



01823158

A DPUOP

O Diretor DA

09/04/15

Sua referência  
S/43/2015  
DPUOP/SEDSua comunicação  
06-01-2015Nossa referência  
DSOT/DPGU  
P. 737193  
ID 1823158

**Assunto|Subject** Parecer ao abrigo do n.º 4 do art. 109.º do RJIGT, relativo a proposta de Suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e estabelecimento de medidas preventivas

Em resposta ao solicitado no ofício em referência, e relativamente ao pedido de parecer ao abrigo do n.º 4 do art.º 109º do RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, vimos comunicar que foi proferido parecer favorável, uma vez que a proposta cumpre as disposições estabelecidas no Regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e que as medidas preventivas estabelecidas são as adequadas, com base na seguinte informação:

### 1. Enquadramento

Solicita-nos a Câmara Municipal da Trofa, parecer sobre proposta de suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e consequente estabelecimento de medidas preventivas na área da suspensão. O parecer em causa enquadra-se no n.º 4 do art. 109.º do RJIGT, para os efeitos previstos no n.º 3 do mesmo artigo e do n.º 4 do art. 100.º, que refere que nos casos em que as medidas preventivas são estabelecidas como consequência da suspensão de PMOT, a CCDR emite um único parecer.

Após receção, em 12-01-2015, do ofício da Câmara Municipal com referência S/43/2015, e após uma análise prévia da documentação entregue, foi proposta uma reunião de trabalho entre esta CCDR e a Câmara Municipal, para esclarecimentos sobre o pedido apresentado. Da reunião de trabalho, e recomendações dadas pela CCDR, resultaram alterações à documentação inicialmente entregue, nomeadamente à fundamentação apresentada e ao texto proposto para as medidas preventivas, documentação essa remetida por e-mail, para nova apreciação, em 26-02-2015.

### 2. Proposta de suspensão e medidas preventivas

Tendo por base os elementos remetidos pela Câmara Municipal da Trofa, designadamente informação técnica prestada pela Divisão de Planeamento, Urbanismo e Obras Particulares e deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 18 de Dezembro de 2014, é proposta a suspensão total do Plano de

GOVERNO DE  
PORTUGALMINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
DO MAR, DO AMBIENTE  
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

*Pormenor da Zona Industrial da Trofa e da ALE da Trofa, aprovado pelo Aviso n.º 22559/2008, de 26 de Agosto. Na área correspondente ao plano, e nos termos do n.º 8, do art. 100.º do RJIGT, são igualmente propostas medidas preventivas, bem como a abertura de procedimento de alteração ao plano.*

*De acordo com a fundamentação expressa pela Câmara Municipal, a suspensão é motivada pela falta de concretização dos objetivos do plano, não se tendo garantido, com eficácia, a dinamização do território, pelas seguintes circunstâncias:*

- 1 – Dificuldade da materialização de operações urbanísticas em solo urbanizado*
- 2 – Inexistência de qualquer desenvolvimento do território em solo urbanizável*
- 3 – Conjuntura socioeconómica desfavorável*
- 4 – Falta de infraestruturação dependente de fatores externos*

*Para além destas circunstâncias, registaram-se na área do plano, alterações de traçado de infra-estruturas viárias, pelas entidades gestores das respetivas infra-estruturas, designadamente no traçado da Variante à EN 14 (aprovado pela EP – Estradas de Portugal) e no Nó da Autoestrada A3 (promovido pela BRISA). Estas alterações originaram situações de incompatibilidade com o previsto no plano de pormenor, tornando-se necessário o seu ajustamento, no procedimento de alteração ao plano.*

*Torna-se assim necessário redefinir os objetivos e a estratégia de planeamento para toda a área do plano de pormenor, propondo assim a Câmara Municipal a sua suspensão e o estabelecimento de medidas preventivas, destinadas a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possa limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução do plano (cf. n.º 1 do art. 107.º do RJIGT).*

*Face ao acima exposto, e seu desenvolvimento em detalhe na informação prestada pela Câmara Municipal, considera-se que o proposto é enquadrável nas situações previstas no RJIGT, para a suspensão de PMOT, estando devidamente fundamentada a verificação das circunstâncias excecionais resultantes de alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local.*

*Relativamente às medidas preventivas propostas, aplicáveis a toda a área do plano e para um prazo de vigência de dois anos, é definido o seguinte âmbito material:*

*“As medidas preventivas consistem na suspensão da eficácia do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa com a consequente aplicação do ordenamento previsto no Plano Diretor Municipal da Trofa, limitando*

as operações urbanísticas ao solo urbanizado e urbanizável, de acordo com o disposto nas respetivas disposições regulamentares previstas no plano.”

Pretende assim a Câmara Municipal limitar a ocupação do solo às áreas delimitadas como solo urbano ou urbanizável, identificadas como tal no PDM, aplicando-se-lhe as disposições deste. Parece assim entender-se que se pretende interditar operações urbanísticas nas áreas delimitadas como solo rural no PDM, integradas dentro do limite da área a suspender. A não ser assim, poderia a Câmara Municipal, antes de remeter a proposta à Assembleia Municipal, alterar o texto das medidas preventivas para “(...) operações urbanísticas ao solo rural, urbanizado e urbanizável(...)”.

Embora não seja explícito, nas áreas delimitadas como solo urbano, limitam-se igualmente as ações passíveis de autorização, uma vez que ao sujeitar as regras urbanísticas a aplicar ao disposto no PDM, e constando no mesmo a delimitação de uma UOPG (UOPG 17 – Zona Industrial da Trofa), terá que se aplicar o disposto no n.º 5 do art. 91.º e art. 107.º do PDM que define que a execução para a área em questão apenas se materializa através de um plano de pormenor. Constituem apenas exceção “operações urbanísticas avulsas, quando digam respeito a prédios situados em contiguidade com o solo urbanizado, e desde que o município considere que as soluções propostas asseguram uma correta articulação formal e funcional com o solo urbanizado e não prejudicam o ordenamento urbanístico da área envolvente”, tal como define o n.º 7 do art. 91.º do PDM.

Tendo presente que as medidas preventivas são definidas para os objetivos a atingir e face ao anteriormente exposto, considera-se que as mesmas são adequadas. Acrescenta-se ainda o facto da área em causa não ter sido anteriormente abrangida por quaisquer medidas preventivas, não se aplicando, deste modo, o impedimento ou excecionalidade constantes do n.º 5 do art. 112.º do RJIGT.

Relativamente ao procedimento de alteração ao plano, importa referir que deve a Câmara Municipal garantir a deliberação do mesmo, previamente ou simultaneamente à aprovação da suspensão do plano. Para tal, e nos termos do RJIGT, a deliberação de elaboração, com definição da oportunidade e dos termos de referência, bem como prazos de elaboração e de participação preventiva, deve ser divulgada na comunicação social e página da internet do município e publicada em Diário da República.

Com os melhores cumprimentos

A Diretora de Serviços de Ordenamento do Território



Cristina Guimarães

MAM



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
DO MAR, DO AMBIENTE  
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



Handwritten marks and signatures in the top right corner.

## RELATÓRIO FINAL DE FUNDAMENTAÇÃO PARA A PROPOSTA DE SUSPENSÃO

### PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA TROFA E ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL - SUSPENSÃO DO PLANO E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS

O Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e da Área de Localização Empresarial do Município da Trofa foi publicado em Diário da República, 2.ª série, pelo Aviso n.º 22559/2008 de 26 de Agosto de 2008, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na área do território abrangida pelo Plano.

Todavia, passados mais de 6 anos sobre a sua vigência, na gestão urbanística têm-se verificado baixos níveis de dinâmica de ocupação do solo e de investimento na área em apreço, o que defrauda as expectativas iniciais e contraria a desejável execução do Plano.

Acresce ainda referir que nas zonas consolidadas e infraestruturadas abrangidas pelo Plano, têm surgido situações de difícil resolução, motivadas pelos mecanismos de aplicação do Plano, dificultando dessa forma o investimento privado.

Conjuntamente com a falta de concretização dos objetivos do Plano, em dinamizarem a área em causa, importa também referir a perspetiva de alterações a introduzir decorrentes do traçado da Variante à EN 14 aprovado pela EP-Estradas de Portugal e pelo Nó da Autoestrada A3 promovido pela BRISA, que foram planeados antes da entrada em vigor do Plano, tendo sido posteriormente alterados pelas entidades gestoras das respetivas infraestruturas. Deste modo torna-se necessário acautelar e concertar estas infraestruturas redesenhadas com as estratégias do Plano.

Importa por isso ponderar sobre a oportunidade do Plano de Pormenor ser suspenso, nos termos da lei – Decreto-Lei n.º 380/99, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro e retificado pela Declaração de retificação n.º 104/2007 de 6 de Novembro e pelo DL n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro, que estabelece regras próprias para este tipo de cenário.

Assim, e tendo em vista não só, o total esclarecimento por parte dos órgãos decisores sobre os procedimentos e tramitação deste processo, mas também das vantagens e desvantagens que lhe estão associadas, passa-se a fazer o enquadramento do mesmo.

### O PLANO DE PORMENOR ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO

A área do território do concelho da Trofa abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e a Área de Localização Empresarial do Município da Trofa, conforme delimitado na planta de implantação anexa, está sujeita a regras e orientações a que devem obedecer a ocupação, o uso e a transformação do solo, bem como todas as obras de edificação, de urbanização, operações de loteamento, trabalho de remodelação de terrenos e outras operações urbanísticas e ainda a utilização de edifícios ou frações autónomas, bem como respetivas alterações de uso, na área identificada na Planta de Implantação.



O plano procedeu à alteração ao Plano Diretor Municipal de Santo Tirso em vigor, publicado através da resolução do Conselho de Ministros n.º 90/94 de 23 de Setembro, para este território, à data da sua vigência:

- Na planta de Ordenamento, a classificação e a qualificação do território abrangido pelo Plano foram alteradas nos termos constantes da Planta de Alterações do PDM, que é parte integrante deste Plano de Pormenor;

- Na área de intervenção do Plano, as normas constantes do regulamento do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso foram alteradas e substituídas pelas que constam no regulamento do Plano.

Através dele pretendeu-se desenvolver e concretizar uma ocupação como resposta ao estabelecido no PDM para esta unidade de planeamento, promovendo as condições, com base nos objetivos gerais do plano estabelecidos no artigo 2.º do regulamento do Plano, que visavam uma correta implementação e instalação de unidades industriais e afins (armazéns e oficinas), unidades comerciais e de serviços complementares, bem como habitação.

## EXECUÇÃO DO PLANO

As formas de execução e programação do plano seriam desenvolvidas através da realização de operações urbanísticas, de acordo com o definido no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, da iniciativa do(s) interessado(s), nas condições do artigo 40.º do regulamento do Plano.

## PROPOSTA DE SUSPENSÃO FUNDAMENTAÇÃO

Constitui objetivo da presente proposta expor as razões que determinam a necessidade e oportunidade da Câmara Municipal desencadear um processo de suspensão da área total objeto do plano de pormenor da Zona Industrial da Trofa, bem como o consequente estabelecimento obrigatório de medidas preventivas e a introdução das alterações ao Plano.

Verificou-se que o desenvolvimento de grande parte das zonas têm encontrado resistência por parte dos investidores privados para aí se instalarem. Na origem desta resistência estará a falta de infraestruturação e de outras condições que ofereçam requisitos qualificados que promovam a celeridade das ações e a atratividade para o desenvolvimento de atividades empresariais de natureza industrial, logística e de serviços, por parte dos investidores privados.

A par desta resistência temos a referir o insucesso da candidatura a financiamento comunitário no âmbito do QREN que impossibilitou a execução das infraestruturas na Área de Localização Empresarial (ALET), fundamentais para o desenvolvimento da referida área.

Esta situação não contribuiu para o reforço da localização no concelho de um maior número de indústrias e de serviços e consequentemente o aumento da oferta de emprego local que contribuiria para a fixação de mais população e atividades, verificando-se que os fatores económicos (municipais e externos) nem sempre são coincidentes, originando uma dependência que importa suprir e encontrar as soluções internas locais de modo a minimizar as dificuldades sentidas na prossecução destes objetivos de desenvolvimento económico e social municipal.

A execução do plano à luz dos seus objetivos gerais, sujeita às disposições comuns previstas em regulamento para o Uso do Solo e Conceção do Espaço, para as Construções Existentes ou Previstas Compatíveis com o Plano identificadas na planta de implantação e para as Formas de

## ALTERAÇÕES DO PLANO

Durante o prazo de suspensão importa decidir sobre as alterações que têm por objetivo compatibilizar o traçado das redes viárias com a estratégia do Plano.

A introdução destas alterações implica ainda que estas se adaptem à legislação em vigor ou ainda a qualquer outra subsequente que venha a vigorar até à publicação do Plano.

## PROCEDIMENTOS

De acordo com as circunstâncias excecionais enunciadas, entendemos ser enquadrável o desenvolvimento da proposta de suspensão total do Plano. Para tal a mesma deverá ser determinada por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 100.º do RJIGT, sujeita a parecer prévio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional territorialmente competente, emitido no prazo improrrogável de 30 dias, que acompanha a proposta de suspensão do Plano de pormenor apresentada pela Câmara municipal à assembleia municipal, após ponderação da pronúncia da CCDR-Norte.

A suspensão, abrangendo a totalidade da área do plano, decorre da necessidade de ajustar os objetivos e estratégias expressas no plano de pormenor com a nova realidade (menos favorável ao nível do reforço do tecido económico municipal existente) e as incompatibilidades decorrentes da alteração nas redes viárias previstas.

A suspensão prevista na alínea b) do n.º 8 do artigo 100.º do RJIGT **implica obrigatoriamente o estabelecimento de medidas preventivas e a abertura de procedimento de alteração do plano e pormenor para a área em causa**, em conformidade com a decisão tomada pelo município com vista a compatibilizar o novo traçado da variante à EN 14, o Nó da Autoestrada A3, sem prejuízo de garantir os interesses municipais e externos com a salvaguarda das principais características do contexto ambiental local.

Relativamente ao estabelecimento de medidas cautelares e de forma a enquadrar o respetivo âmbito territorial, temporal, material e de aplicação das mesmas são enunciadas medidas preventivas de natureza jurídica.

Após a aprovação pela Assembleia Municipal da suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, incluindo o texto das Medidas Preventivas respetivas e a planta de delimitação, a Câmara procede ao envio dos elementos instrutórios destinados à publicação da deliberação da AM na 2.ª série do Diário da República e de uma coleção completa do processo para depósito na DGOTDU, de acordo com o estabelecido nas alíneas e) e f) do n.º 4 do artigo 148.º do RJIGT, conjugado com o artigo 6.º n.º 2 da Portaria n.º 245/2011 de 22 de Junho.

As medidas preventivas são objeto de publicação no boletim municipal, assim como em dois jornais diários, num semanário de grande expansão e na página da internet do município (artigo 149.º n.º 2 do RJIGT).

Assim, julga-se que poderá ser sujeita à apreciação da Câmara Municipal a proposta de adoção de Medidas Preventivas, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 107.º do RJIGT, que determina a suspensão da eficácia para a área de intervenção do Plano abrangida por aquelas medidas, de acordo com o previsto no n.º 3 do mesmo artigo.

Execução e Programação do Plano através de operações urbanísticas em acordo com o regime jurídico de urbanização e edificação, não garantiram com eficácia a dinamização do território, no que se refere às seguintes circunstâncias:

- 1-Dificuldade da materialização de operações urbanísticas em solo urbanizado;
- 2-Inexistência de qualquer desenvolvimento do território em solo urbanizável constituído pela Unidade Operativa de Planeamento e Gestão - UOPG 1.7-Zona Industrial da Trofa que está sujeita à aprovação e um projeto global e integrado sem o qual não se podem aprovar projetos parcelares de infraestruturas;
- 3- Conjuntura socioeconómica desfavorável;
- 4- Falta de infraestruturização dependente de fatores externos.

Acresce ainda aos factos descritos a alteração do traçado da Variante à EN14 entre Maia e Famalicão e zona de servidão non aedificandi, cujo Estudo Prévio foi aprovado por despacho do diretor de projetos da EP-Estradas de Portugal em 2010/07/09, com publicação no Diário da República, 2.ª série - n.º 142 de 23 de Julho de 2010, pela Declaração (extrato) n.º159/2010. Este novo traçado criou uma situação de incompatibilidade com o traçado do Plano de Pormenor abrangendo áreas afetas ao uso do solo que importa corrigir (ver anexo).

Deste modo considera-se existirem razões que impedem a melhor dinâmica do plano em resultado da alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico-sociais incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas nos objetivos gerais do Plano. Pelo facto torna-se necessário adotar medidas decorrentes da verificação das circunstâncias excecionais que se repercutem no ordenamento do território pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes que se consubstanciam na suspensão do Plano (n.º4 do artigo 93.º do RJIGT).

### MEDIDAS PREVENTIVAS

Na área correspondente ao plano, para o qual é proposta a sua suspensão são estabelecidas medidas preventivas, conforme o previsto no n.º 8 do artigo 100.º do RJIGT, por motivo de alteração do plano de pormenor, que se destinam a evitar as circunstâncias que comprometem ou tornam onerosa a execução do plano, determinando a suspensão da sua eficácia na área em causa, ao abrigo do definido no art. 107.º do RJIGT.

As medidas preconizadas abrangem apenas as ações necessárias para os objetivos de dinamização a atingir, determinadas para toda a área do Plano de Pormenor que abrange qualificações de ordenamento em solo rural e solo urbano.

Para efeito da proposta de suspensão a aplicar em toda a área do Plano de Pormenor, o estabelecimento das medidas preventivas implica que as operações urbanísticas deverão assumir os critérios definidos no regulamento do PDM em vigor para as categorias operativas e funcionais identificadas nas plantas de ordenamento e para a unidade operativa de planeamento e gestão - UOPG 1.7 - Zona Industrial da Trofa, cuja forma de execução se materializa através de operações urbanísticas avulsas, quando digam respeito a prédios situados em contiguidade com o solo urbanizado, e desde que o município considere que as soluções propostas asseguram uma correta articulação formal e funcional com o solo urbanizado e não prejudicam o ordenamento urbanístico da área envolvente, conforme o estabelecido no n.º7 do art. 91.º do RPDM.



TEXTO FINAL DAS MEDIDAS PREVENTIVAS ESTABELECIDAS POR MOTIVO DA  
SUSPENSÃO TOTAL DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA TROFA  
E ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL

Artigo 1.º  
Objetivo

As medidas preventivas têm a natureza de regulamento administrativo, sendo estabelecidas nos termos do artigo 107.º n.º1 do RJIGT, por motivo da suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa.

Artigo 2.º  
Âmbito territorial

Fica sujeita a Medidas Preventivas a área delimitada na planta anexa à deliberação municipal que estabelece a suspensão, correspondendo à totalidade da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa.

Artigo 3.º  
Âmbito material

As medidas preventivas consistem na suspensão da eficácia do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa com a consequente aplicação do ordenamento previsto no Plano Diretor Municipal da trofa, limitando as operações urbanísticas ao solo rural, urbanizado e urbanizável de acordo com o disposto nas respetivas disposições regulamentares previstas no Plano.

Artigo 4.º  
Âmbito temporal

1-O prazo de vigência das medidas preventivas é de dois anos contados a partir da data da respetiva entrada em vigor, prorrogável por mais um ano, conforme o n.º1 do artigo 112.º do RJIGT, se tal se mostrar necessário.

2- Durante o prazo de vigência referido no número anterior, fica suspensa a totalidade da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, sujeita a Medidas Preventivas, nos termos do definido no n.º 3 do art. 100.º do RJIGT.

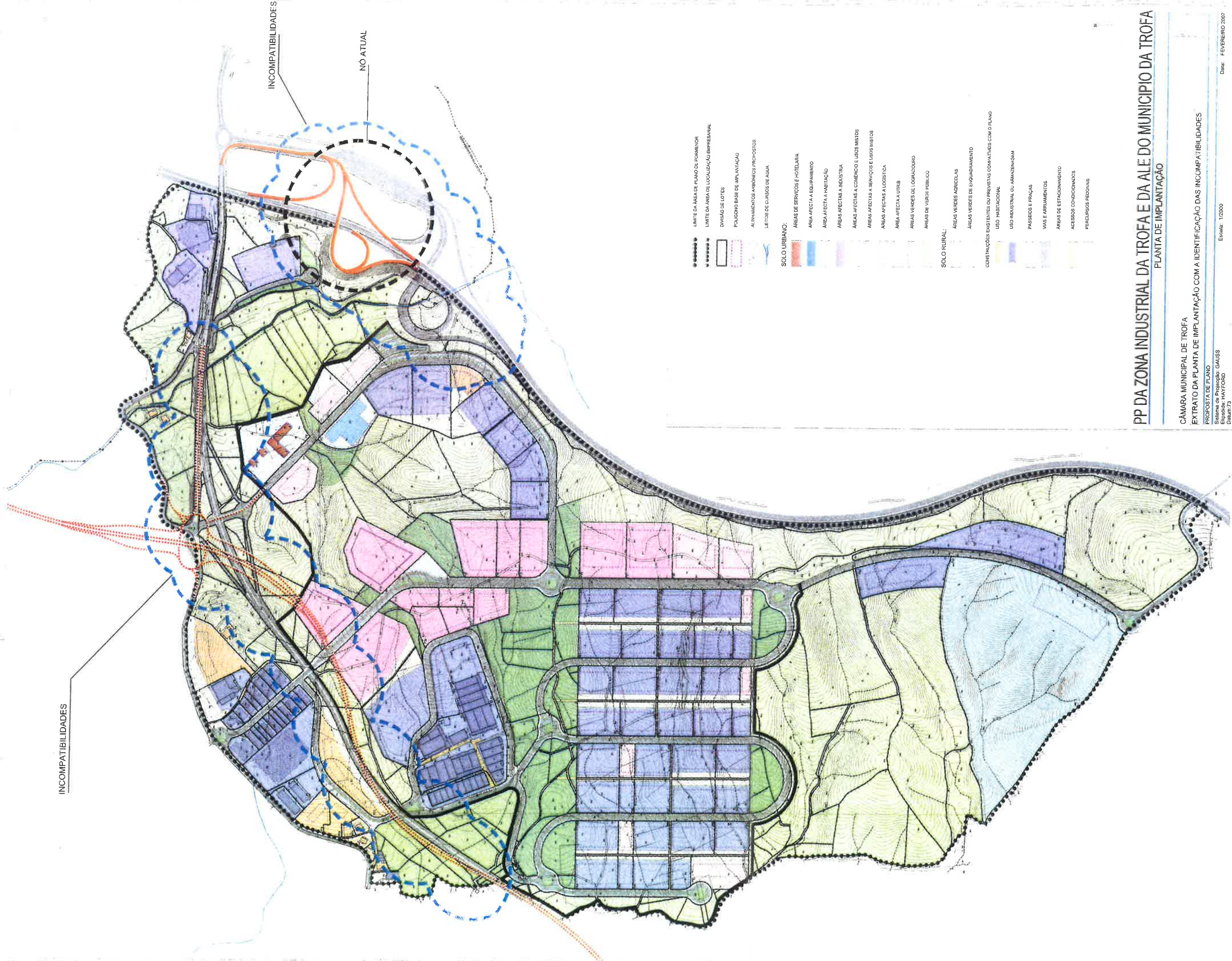
Artigo 5.º  
Entrada em vigor

As medidas preventivas entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.









INCOMPATIBILIDADES

INCOMPATIBILIDADES

NÓ ATUAL

- LIMITE DA ÁREA DE PLANO DE PORMenor
- LIMITE DA ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL
- DIVISÃO DE LOTES
- POLÍGONO BASE DE IMPLANTAÇÃO
- ALINHAMENTOS ARBÓREOS PROPOSTOS
- LETEIS DE CURSOS DE ÁGUA
- SOLO URBANO:**
- ÁREAS DE SERVIÇOS E HOTELARIA
- ÁREA AFECTA A EQUIPAMENTO
- ÁREA AFECTA A HABITAÇÃO
- ÁREAS AFECTAS A INDÚSTRIA
- ÁREAS AFECTAS A COMÉRCIO E USOS MISTOS
- ÁREAS AFECTAS A SERVIÇOS E USOS MISTOS
- ÁREAS AFECTAS A LOGÍSTICA
- ÁREA AFECTA A UTILIDADES
- ÁREAS VERDES DE LOGRADOURO
- ÁREAS DE VERDE PÚBLICO
- SOLO RURAL:**
- ÁREAS VERDES AGRÍCOLAS
- ÁREAS VERDES DE ENQUADRAMENTO
- CONSTRUÇÕES EXISTENTES OU PREVISITAS COMPATÍVEIS COM O PLANO
- USO HABITACIONAL
- USO INDUSTRIAL OU ARMAZENAGEM
- PASSADEIOS E PRAÇAS
- VIAS E ARRUELOS
- ÁREAS DE ESTACIONAMENTO
- ACESSOS CONDICIONADOS
- PERCUIRSOS PEDONAIS

PP DA ZONA INDUSTRIAL DA TROFA E DA ALE DO MUNICIPIO DA TROFA  
PLANTA DE IMPLANTAÇÃO

CÂMARA MUNICIPAL DE TROFA  
EXTRATO DA PLANTA DE IMPLANTAÇÃO COM A IDENTIFICAÇÃO DAS INCOMPATIBILIDADES

PROPOSTA DE PLANO  
Sistema de Projeção: GAUSS  
Escala: 1:2000  
Datum: 73  
Sistema de Coordenadas: CARTESIANAS RECTANGULARES

Escala: 1:2000

0 20 40 100m

Data: FEVEREIRO 2007

Folha N°





## CERTIDÃO

----- Certifica-se que, da minuta da ata da reunião da Sessão Ordinária desta Assembleia Municipal, realizada em trinta de abril de dois mil e quinze, consta a deliberação, parte respetiva, que se transcreve, e da qual faz parte integrante o expediente que se anexa:-----

----- **"7. Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa – Suspensão do Plano e estabelecimento de medidas preventivas"**.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para esclarecer os presentes do mesmo.-----

Interveio o Membro da Assembleia Municipal, Paulo de Queirós Rodrigues Cruz.-----

A Senhora Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Vice-Presidente da Câmara Municipal para, assim, prestar os esclarecimentos relacionados com a intervenção anterior.-----

Colocado à votação, o assunto foi **APROVADO POR MAIORIA** COM 25 (VINTE E CINCO) VOTOS A FAVOR; SENDO 12 (DOZE) DO GRUPO MUNICIPAL DO PPD/PSD, 2 (DOIS) DO GRUPO MUNICIPAL DO CDS-PP, 1 (UM) DO IPM E 10 (DEZ) DO PS E UMA ABSTENÇÃO DO PCP/PEV.-----

Mais se certifica que a ata de que consta a transcrita deliberação foi aprovada em minuta no final da mesma reunião.-----

----- Trofa, 04 de maio de dois mil e quinze-----

ASSEMBLEIA MUNICIPAL DA TROFA  
A Técnica Superior,  
  
Maria Paula de Sousa Camões



## CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA



### REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA

#### 14 - PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA TROFA – SUSPENSÃO DO PLANO E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS

Foi presente à Câmara Municipal, a informação técnica n.º I/2821/2015, prestada pela Divisão de Planeamento, Urbanismo e Obras Particulares, em 10 de abril, bem como o parecer da CCDRN - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, que obteve o registo de entrada n.º E/3786/2015, de 02 de abril, o relatório final de fundamentação para a proposta de suspensão do plano, o texto final das medidas preventivas estabelecidas por motivo da suspensão total do plano e as planta de implantação do plano e de delimitação da área sujeita a medidas preventivas e suspensão do plano, relativamente ao assunto mencionado em epígrafe, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais, constituindo as onze folhas (cinco delas utilizadas, também, no verso) e duas plantas, que se anexam no final por documento n.º 13.

Despacho do Senhor Presidente da Câmara: "À Câmara. 13/04/2015"

Deliberação:

Deliberado por unanimidade

aprovar o assunto mencionado em epígrafe, nos termos e com os fundamentos propostos, bem como submeter a presente proposta a deliberação da Assembleia Municipal para que seja determinada a suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, tal como assinalado nas plantas anexas, incidindo sobre todas as disposições do respetivo regulamento a vigorar pelo prazo de dois anos, contados a partir da data da respetiva entrada em vigor, prorrogável por mais um ano, durante o qual fica suspensa a totalidade da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, sujeita a medidas preventivas para a mesma área, cujo texto, também, se encontra anexo, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 2, dos n.ºs 3, 7 e 8 do





CÂMARA MUNICIPAL DA TROFA

REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA

ATA N.º 09

artigo 100.º e dos n.ºs 2, 4, 5 e 6 do artigo 107.º, ambos do RJIGT.

16/04/2015

18/25

**DAT - Divisão de Planeamento, Urbanismo e Obras  
Particulares****Setor: DRUOP/GT - Gabinete Técnico****RESPONSÁVEL TÉCNICO***Concordo.**10.04.2015**Rui Sousa, Clube Desportivo**Concordo.**A Camará Municipal Superior.**O Diretor D.A.T.*

DATA: 10/4/2015

N.º DE PROCESSO:

NOME DO REQUERENTE:

**ASSUNTO: 1/2821/2015 - SUSPENSÃO DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA  
TROFA, E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS - PROPOSTA DE APROVAÇÃO E  
SUBMISSÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL****DESPACHO SUPERIOR***À CÂMARA**Splinter**13/04/2015*

INFORMAÇÃO N.º 1/2821/2015

LOCAL:

De acordo com deliberação tomada em reunião ordinária da Câmara, de dezoito de dezembro de dois mil e catorze, esta Câmara Municipal deliberou proceder à suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, com o estabelecimento das respetivas medidas preventivas bem como o envio à Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte da referida proposta para a área em causa, para emissão de parecer ao abrigo do n.º 4 do artigo 109.º do RJIGT-Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial.

Nos termos do n.º 4 do artigo 93.º do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão territorial (RJIGT), aprovado pelo DL n.º 380/99 de 22 de setembro, com a redação conferida pelo DL n.º 46/2009 de 20 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo DL n.º 181/2009 de 7 de Agosto, e ainda pelo DL n.º 2/2011 de 6 de janeiro, a suspensão dos instrumentos de gestão territorial pode decorrer da verificação de circunstâncias excecionais que se repercutem no ordenamento do território, pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes.

Verificando-se circunstâncias excecionais resultantes de alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local para a zona em causa, enquadráveis na alínea b) do n.º 2

*Fernando G. Silva*

do artigo 100.º do RJIGT, incompatível com a concretização das opções estabelecidas no plano, que não podem ser implementadas, é determinada a suspensão total do Plano.

A suspensão incide sobre os elementos constituintes do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, na área correspondente ao mesmo e à Área de Localização Empresarial do Município da Trofa, conforme informação técnica n.º I/8348N/2014, extrato da planta de implantação e de delimitação da área em causa e Medidas Preventivas que acompanharam a deliberação camarária de suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa.

A suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa abrange a totalidade das disposições do respetivo regulamento, e, vigora pelo prazo de 2 anos a partir da respetiva entrada em vigor, prorrogável por mais um ano, se tal for necessário.

Nos termos da alínea b) do n.º 2 e do n.º 8, ambos do artigo 100.º do RJIGT, a suspensão é determinada por Deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal e implica, obrigatoriamente, o estabelecimento de medidas preventivas para a mesma área e a abertura de procedimento de alteração do plano, a decorrer em simultâneo.

A referida abertura de procedimento de alteração do Plano de Pormenor, para a área em causa, de acordo com a decisão tomada pelo município, ao abrigo do disposto no n.º 8 do art. 100.º do RJIGT, fundamenta-se pela:

- Incompatibilidade do traçado da variante à EN 14 entre Maia e Famalicão e zona de servidão “non aedificandi” do Plano com a alteração do traçado aprovado por despacho do diretor de projetos da EP-Estradas de Portugal em 2010/07/09 com publicação no Diário da República, 2.ª série – n.º 142 de 23 de Julho de 2010 pela Declaração (extrato) n.º 159/2010, cujo ajustamento de acordo com o traçado aprovado, bem como a correção aos lotes afetados pelo novo traçado das vias;
- Dificuldade da materialização de operações urbanísticas em solo urbanizado;
- Inexistência de qualquer desenvolvimento do território em solo urbanizável constituído pela Unidade Operativa de Planeamento e Gestão – UOPG 1.7 - Zona Industrial da Trofa que está sujeita à aprovação e um projeto global e integrado sem o qual não se podem aprovar projetos parcelares de infraestruturas;
- Falta de infraestruturação dependente de fatores externos,



que definem os motivos expressos nos Termos de Referência que fundamentam a oportunidade de alteração deste plano, tornando necessário desencadear o procedimento de alteração do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa.

A área em causa não foi abrangida por medidas preventivas nos últimos quatro anos, de acordo com o previsto nos artigos 5 e 6 do artigo 112.º do RJIGT.

Nos termos da deliberação camarária de suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e considerando a aplicação do disposto nos n.ºs 4 e 7 do artigo 100.º e dos n.ºs 3 e 4 do artigo 109.º do RJIGT, foi solicitado através do ofício n.º S/43/2015DPUOP/SED, o parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte, que deve acompanhar esta proposta de suspensão a enviar à Assembleia Municipal.

Após análise prévia da documentação remetida pela Câmara Municipal da Trofa, através do ofício com referência S/43/2015 de 6/1/2015, foi proposta reunião de trabalho pela CCDDR-Norte, que teve lugar no dia 24 de fevereiro de 2015, para esclarecimentos sobre o pedido apresentado. Da reunião, e recomendações dadas pela CCDDR-Norte, resultaram alterações à documentação inicialmente entregue, nomeadamente ao texto proposto para as medidas preventivas e fundamentação apresentada.

Em conformidade com o estabelecido pela CCDDR-Norte; a Câmara Municipal enviou por correio eletrónico a proposta de alterações com os aspetos indicados por aquela entidade e que integram a proposta de suspensão do plano e o estabelecimento de medidas preventivas.

A Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte emitiu parecer favorável através do ofício com referência DSOT/DPGU P. 737193, ID 1823158 de 31 de Março de 2015, que resultou da análise técnica e jurídica aos elementos enviados pelos serviços municipais e cujo texto final se encontra em anexo à presente proposta.

Deste modo, as Medidas Preventivas propostas traduzem-se na aplicação do ordenamento e das respetivas disposições previstas no Plano Diretor Municipal em vigor em toda a área que abrange o Plano de Pormenor a suspender.

O texto final das medidas preventivas para a área correspondente ao Plano de Pormenor, encontra-se anexo à presente proposta.

IMP.76.02  
Data: 18.07.13

Página 3 de 4

Rua das Indústrias, 393  
Ap. 65 | 4786-909 Trofa  
E. geral@mun-trofa.pt

//POLO I  
T. +351 252 409 290  
F. +351 252 409 299

//POLO II  
T. +351 252 409 850  
F. +351 252 409 299

09/2015 - DOCUMENTO 13 - FLS 2/11  
ATA N.º 17/2017 DOCUMENTO 19

Em face do exposto julga-se de propor à Assembleia Municipal que determine a suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, tal como assinalado nas plantas anexas à presente proposta, e que dela fazem parte integrante, incidindo sobre todas as disposições do respetivo regulamento a vigorar pelo prazo de dois anos contados a partir da data da respetiva entrada em vigor, prorrogável por mais um ano, durante o qual fica suspensa a totalidade da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, sujeita a Medidas Preventivas para a mesma área, cujo texto se anexa à presente proposta e que dela faz parte integrante, ao abrigo das disposições conjugadas da alínea b) do n.º 2, dos n.º 3, 7 e 8 do artigo 100.º e nos n.ºs 2, 4, 5 e 6 do artigo 107.º, ambos do RJIGT.

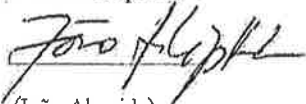
A deliberação de Assembleia Municipal é publicada em Diário da República, e as medidas preventivas, entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

**Junto se anexa:**

- Parecer da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte;
- Relatório final de fundamentação para a proposta de suspensão;
- Texto final das medidas preventivas;
- Planta de delimitação da área sujeita a medidas preventivas;
- Extrato da planta de implantação com a identificação das incompatibilidades

À consideração superior,

Técnico Superior

  
(João Almeida)

**CCDRN**COMISSÃO DE COORDENAÇÃO E  
DESENVOLVIMENTO REGIONAL DO NORTE

As DAT faz  
Resolução de 30/4/2015  
e 1.º ponto de reunião  
02 de 2015

Exmº Senhor  
Presidente da Câmara Municipal da Trofa  
Rua das Indústrias, 393  
4786 - 909 TROFA

02 04 2015

E/3786/2015

Sua referência  
S/43/2015  
DPUOP/SED

Sua comunicação  
06-01-2015

Nossa referência  
DSOT/DPGU  
P. 737/93  
ID 1823158

A DPUOP  
O Diretor DAT

09/04/15

**Assunto|Subject** Parecer ao abrigo do n.º 4 do art. 109.º do RJIGT, relativo a proposta de Suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e estabelecimento de medidas preventivas

Em resposta ao solicitado no ofício em referência, e relativamente ao pedido de parecer ao abrigo do n.º 4 do art.º 109º do RJIGT - Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial, vimos comunicar que foi proferido parecer favorável, uma vez que a proposta cumpre as disposições estabelecidas no Regime jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial e que as medidas preventivas estabelecidas são as adequadas, com base na seguinte informação:

### 1. Enquadramento

Solicita-nos a Câmara Municipal da Trofa, parecer sobre proposta de suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e consequente estabelecimento de medidas preventivas na área da suspensão. O parecer em causa enquadra-se no n.º 4 do art. 109.º do RJIGT, para os efeitos previstos no n.º 3 do mesmo artigo e do n.º 4 do art. 100.º, que refere que nos casos em que as medidas preventivas são estabelecidas como consequência da suspensão de PMOT, a CCDR emite um único parecer.

Após recepção, em 12-01-2015, do ofício da Câmara Municipal com referência S/43/2015, e após uma análise prévia da documentação entregue, foi proposta uma reunião de trabalho entre esta CCDR e a Câmara Municipal, para esclarecimentos sobre o pedido apresentado. Da reunião de trabalho, e recomendações dadas pela CCDR, resultaram alterações à documentação inicialmente entregue, nomeadamente à fundamentação apresentada e ao texto proposto para as medidas preventivas, documentação essa remetida por e-mail, para nova apreciação, em 26-02-2015.

### 2. Proposta de suspensão e medidas preventivas

Tendo por base os elementos remetidos pela Câmara Municipal da Trofa, designadamente informação técnica prestada pela Divisão de Planeamento, Urbanismo e Obras Particulares e deliberação da Câmara Municipal tomada em reunião de 18 de Dezembro de 2014, é proposta a suspensão total do Plano de

ATA N.º 09/2015 - DOCUMENTO 13 - FLS. 3/11  
ATA N.º 17/2017 DOCUMENTO 19

GOVERNO DE  
PORTUGALMINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
TERREIRA DO AGRICULTURA  
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO

*Pormenor da Zona Industrial da Trofa e da ALE da Trofa, aprovado pelo Aviso n.º 22559/2008, de 26 de Agosto. Na área correspondente ao plano, e nos termos do n.º 8, do art. 100.º do RJIGT, são igualmente propostas medidas preventivas, bem como a abertura de procedimento de alteração ao plano.*

*De acordo com a fundamentação expressa pela Câmara Municipal, a suspensão é motivada pela falta de concretização dos objetivos do plano, não se tendo garantido, com eficácia, a dinamização do território, pelas seguintes circunstâncias:*

- 1 – Dificuldade da materialização de operações urbanísticas em solo urbanizado*
- 2 – Inexistência de qualquer desenvolvimento do território em solo urbanizável*
- 3 – Conjuntura socioeconómica desfavorável*
- 4 – Falta de infraestruturação dependente de fatores externos*

*Para além destas circunstâncias, registaram-se na área do plano, alterações de traçado de infra-estruturas viárias, pelas entidades gestoras das respetivas infra-estruturas, designadamente no traçado da Variante à EN 14 (aprovado pela EP – Estradas de Portugal) e no Nó da Autoestrada A3 (promovido pela BRISA). Estas alterações originaram situações de incompatibilidade com o previsto no plano de pormenor, tornando-se necessário o seu ajustamento, no procedimento de alteração ao plano.*

*Torna-se assim necessário redefinir os objetivos e a estratégia de planeamento para toda a área do plano de pormenor, propondo assim a Câmara Municipal a sua suspensão e o estabelecimento de medidas preventivas, destinadas a evitar a alteração das circunstâncias e das condições de facto existentes que possa limitar a liberdade de planeamento ou comprometer ou tornar mais onerosa a execução do plano (cf. n.º 1 do art. 107.º do RJIGT).*

*Face ao acima exposto, e seu desenvolvimento em detalhe na informação prestada pela Câmara Municipal, considera-se que o proposto é enquadrável nas situações previstas no RJIGT, para a suspensão de PMOT, estando devidamente fundamentada a verificação das circunstâncias excecionais resultantes de alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico e social local.*

*Relativamente às medidas preventivas propostas, aplicáveis a toda a área do plano e para um prazo de vigência de dois anos, é definido o seguinte âmbito material:*

*“As medidas preventivas consistem na suspensão da eficácia do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa com a consequente aplicação do ordenamento previsto no Plano Diretor Municipal da Trofa, limitando*

as operações urbanísticas ao solo urbanizado e urbanizável, de acordo com o disposto nas respetivas disposições regulamentares previstas no plano.”

Pretende assim a Câmara Municipal limitar a ocupação do solo às áreas delimitadas como solo urbano ou urbanizável, identificadas como tal no PDM, aplicando-se-lhe as disposições deste. Parece assim entender-se que se pretende interditar operações urbanísticas nas áreas delimitadas como solo rural no PDM, integradas dentro do limite da área a suspender. A não ser assim, poderia a Câmara Municipal, antes de remeter a proposta à Assembleia Municipal, alterar o texto das medidas preventivas para “(...) operações urbanísticas ao solo rural, urbanizado e urbanizável(...)”.

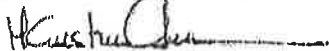
Embora não seja explícito, nas áreas delimitadas como solo urbano, limitam-se igualmente as ações passíveis de autorização, uma vez que ao sujeitar as regras urbanísticas a aplicar ao disposto no PDM, e constando no mesmo a delimitação de uma UOPG (UOPG 17 – Zona Industrial da Trofa), terá que se aplicar o disposto no n.º 5 do art. 91.º e art. 107.º do PDM que define que a execução para a área em questão apenas se materializa através de um plano de pormenor. Constituem apenas exceção “operações urbanísticas avulsas, quando digam respeito a prédios situados em contiguidade com o solo urbanizado, e desde que o município considere que as soluções propostas asseguram uma correta articulação formal e funcional com o solo urbanizado e não prejudicam o ordenamento urbanístico da área envolvente”, tal como define o n.º 7 do art. 91.º do PDM.

Tendo presente que as medidas preventivas são definidas para os objetivos a atingir e face ao anteriormente exposto, considera-se que as mesmas são adequadas. Acrescenta-se ainda o facto da área em causa não ter sido anteriormente abrangida por quaisquer medidas preventivas, não se aplicando, deste modo, o impedimento ou excecionalidade constantes do n.º 5 do art. 112.º do RJIGT.

Relativamente ao procedimento de alteração ao plano, importa referir que deve a Câmara Municipal garantir a deliberação do mesmo, previamente ou simultaneamente à aprovação da suspensão do plano. Para tal, e nos termos do RJIGT, a deliberação de elaboração, com definição da oportunidade e dos termos de referência, bem como prazos de elaboração e de participação preventiva, deve ser divulgada na comunicação social e página da internet do município e publicada em Diário da República.

Com os melhores cumprimentos

A Diretora de Serviços de Ordenamento do Território



Cristina Guimarães

MAM



GOVERNO DE  
PORTUGAL

MINISTÉRIO DA AGRICULTURA,  
DO MAR, DO AMBIENTE  
E DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO



## RELATÓRIO FINAL DE FUNDAMENTAÇÃO PARA A PROPOSTA DE SUSPENSÃO

### PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA TROFA E ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL - SUSPENSÃO DO PLANO E ESTABELECIMENTO DE MEDIDAS PREVENTIVAS

O Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e da Área de Localização Empresarial do Município da Trofa foi publicado em Diário da República, 2.<sup>a</sup> série, pelo Aviso n.º 22559/2008 de 26 de Agosto de 2008, com entrada em vigor no dia seguinte ao da sua publicação na área do território abrangida pelo Plano.

Todavia, passados mais de 6 anos sobre a sua vigência, na gestão urbanística têm-se verificado baixos níveis de dinâmica de ocupação do solo e de investimento na área em apreço, o que defrauda as expectativas iniciais e contraria a desejável execução do Plano.

Acresce ainda referir que nas zonas consolidadas e infraestruturadas abrangidas pelo Plano, têm surgido situações de difícil resolução, motivadas pelos mecanismos de aplicação do Plano, dificultando dessa forma o investimento privado.

Conjuntamente com a falta de concretização dos objetivos do Plano, em dinamizar a área em causa, importa também referir a perspectiva de alterações a introduzir decorrentes do traçado da Variante à EN 14 aprovado pela EP-Estradas de Portugal e pelo Nó da Autoestrada A3 promovido pela BRISA, que foram planeados antes da entrada em vigor do Plano, tendo sido posteriormente alterados pelas entidades gestoras das respetivas infraestruturas. Deste modo torna-se necessário acautelar e concertar estas infraestruturas redesenhadas com as estratégias do Plano.

Importa por isso ponderar sobre a oportunidade do Plano de Pormenor ser suspenso, nos termos da lei – Decreto-Lei n.º 380/99, alterado pelo Decreto-Lei n.º 310/2003 de 10 de Dezembro, Decreto-Lei n.º 316/2007 de 19 de Setembro e retificado pela Declaração de retificação n.º 104/2007 de 6 de Novembro e pelo DL n.º 46/2009 de 20 de Fevereiro, que estabelece regras próprias para este tipo de cenário.

Assim, e tendo em vista não só, o total esclarecimento por parte dos órgãos decisores sobre os procedimentos e tramitação deste processo, mas também das vantagens e desvantagens que lhe estão associadas, passa-se a fazer o enquadramento do mesmo.

### O PLANO DE PORMENOR ÁREA DE INTERVENÇÃO DO PLANO

A área do território do concelho da Trofa abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e a Área de Localização Empresarial do Município da Trofa, conforme delimitado na planta de implantação anexa, está sujeita a regras e orientações a que devem obedecer a ocupação, o uso e a transformação do solo, bem como todas as obras de edificação, de urbanização, operações de loteamento, trabalho de remodelação de terrenos e outras operações urbanísticas e ainda a utilização de edifícios ou frações autónomas, bem como respetivas alterações de uso, na área identificada na Planta de Implantação.

O plano procedeu à alteração ao Plano Diretor Municipal de Santo Tirso em vigor, publicado através da resolução do Conselho de Ministros n.º 90/94 de 23 de Setembro, para este território, a data da sua vigência:

- Na planta de Ordenamento, a classificação e a qualificação do território abrangido pelo Plano foram alteradas nos termos constantes da Planta de Alterações do PDM, que é parte integrante deste Plano de Pormenor;

- Na área de intervenção do Plano, as normas constantes do regulamento do Plano Diretor Municipal de Santo Tirso foram alteradas e substituídas pelas que constam no regulamento do Plano.

Através dele pretendeu-se desenvolver e concretizar uma ocupação como resposta ao estabelecido no PDM para esta unidade de planeamento, promovendo as condições, com base nos objetivos gerais do plano estabelecidos no artigo 2.º do regulamento do Plano, que visavam uma correta implementação e instalação de unidades industriais e afins (armazéns e oficinas), unidades comerciais e de serviços complementares, bem como habitação.

## EXECUÇÃO DO PLANO

As formas de execução e programação do plano seriam desenvolvidas através da realização de operações urbanísticas, de acordo com o definido no Regime Jurídico de Urbanização e Edificação, da iniciativa do(s) interessado(s), nas condições do artigo 40.º do regulamento do Plano.

## PROPOSTA DE SUSPENSÃO FUNDAMENTAÇÃO

Constitui objetivo da presente proposta expor as razões que determinam a necessidade e oportunidade da Câmara Municipal desencadear um processo de suspensão da área total objeto do plano de pormenor da Zona Industrial da Trofa, bem como o consequente estabelecimento obrigatório de medidas preventivas e a introdução das alterações ao Plano.

Verificou-se que o desenvolvimento de grande parte das zonas têm encontrado resistência por parte dos investidores privados para aí se instalarem. Na origem desta resistência estará a falta de infraestruturação e de outras condições que ofereçam requisitos qualificados que promovam a celeridade das ações e a atratividade para o desenvolvimento de atividades empresariais de natureza industrial, logística e de serviços, por parte dos investidores privados.

A par desta resistência temos a referir o insucesso da candidatura a financiamento comunitário no âmbito do QREN que impossibilitou a execução das infraestruturas na Área de Localização Empresarial (ALET), fundamentais para o desenvolvimento da referida área.

Esta situação não contribuiu para o reforço da localização no concelho de um maior número de indústrias e de serviços e consequentemente o aumento da oferta de emprego local que contribuiria para a fixação de mais população e atividades, verificando-se que os fatores económicos (municipais e externos) nem sempre são coincidentes, originando uma dependência que importa suprir e encontrar as soluções internas locais de modo a minimizar as dificuldades sentidas na prossecução destes objetivos de desenvolvimento económico e social municipal.

A execução do plano à luz dos seus objetivos gerais, sujeita às disposições comuns previstas em regulamento para o Uso do Solo e Conceção do Espaço, para as Construções Existentes ou Previstas Compatíveis com o Plano identificadas na planta de implantação e para as Formas de

Execução e Programação do Plano através de operações urbanísticas em acordo com o regime jurídico de urbanização e edificação, não garantiram com eficácia a dinamização do território, no que se refere às seguintes circunstâncias:

- 1-Dificuldade da materialização de operações urbanísticas em solo urbanizado;
- 2-Inexistência de qualquer desenvolvimento do território em solo urbanizável constituído pela Unidade Operativa de Planeamento e Gestão – UOPG 1.7-Zona Industrial da Trofa que está sujeita à aprovação e um projeto global e integrado sem o qual não se podem aprovar projetos parcelares de infraestruturas;
- 3- Conjuntura socioeconómica desfavorável;
- 4- Falta de infraestruturização dependente de fatores externos.

Acresce ainda aos factos descritos a alteração do traçado da Variante à EN14 entre Maia e Famalicão e zona de servidão non aedificandi, cujo Estudo Prévio foi aprovado por despacho do diretor de projetos da EP-Estradas de Portugal em 2010/07/09, com publicação no Diário da República, 2.ª série – n.º 142 de 23 de Julho de 2010, pela Declaração (extrato) n.º159/2010. Este novo traçado criou uma situação de incompatibilidade com o traçado do Plano de Pormenor abrangendo áreas afetadas ao uso do solo que importa corrigir (ver anexo).

Deste modo considera-se existirem razões que impedem a melhor dinâmica do plano em resultado da alteração significativa das perspetivas de desenvolvimento económico-sociais incompatíveis com a concretização das opções estabelecidas nos objetivos gerais do Plano. Pelo facto torna-se necessário adotar medidas decorrentes da verificação das circunstâncias excecionais que se repercutem no ordenamento do território pondo em causa a prossecução de interesses públicos relevantes que se consubstanciam na suspensão do Plano (n.º4 do artigo 93.º do RJIGT).

#### MEDIDAS PREVENTIVAS

Na área correspondente ao plano, para o qual é proposta a sua suspensão são estabelecidas medidas preventivas, conforme o previsto no n.º 8 do artigo 100.º do RJIGT, por motivo de alteração do plano de pormenor, que se destinam a evitar as circunstâncias que comprometem ou tornam onerosa a execução do plano, determinando a suspensão da sua eficácia na área em causa, ao abrigo do definido no art. 107.º do RJIGT.

As medidas preconizadas abrangem apenas as ações necessárias para os objetivos de dinamização a atingir, determinadas para toda a área do Plano de Pormenor que abrange qualificações de ordenamento em solo rural e solo urbano.

Para efeito da proposta de suspensão a aplicar em toda a área do Plano de Pormenor, o estabelecimento das medidas preventivas implica que as operações urbanísticas deverão assumir os critérios definidos no regulamento do PDM em vigor para as categorias operativas e funcionais identificadas nas plantas de ordenamento e para a unidade operativa de planeamento e gestão – UOPG 1.7 – Zona Industrial da Trofa, cuja forma de execução se materializa através de operações urbanísticas avulsas, quando digam respeito a prédios situados em contiguidade com o solo urbanizado, e desde que o município considere que as soluções propostas asseguram uma correta articulação formal e funcional com o solo urbanizado e não prejudicam o ordenamento urbanístico da área envolvente, conforme o estabelecido no n.º7 do art. 91.º do RPDM.

## ALTERAÇÕES DO PLANO

Durante o prazo de suspensão importa decidir sobre as alterações que têm por objetivo compatibilizar o traçado das redes viárias com a estratégia do Plano.

A introdução destas alterações implica ainda que estas se adaptem à legislação em vigor ou ainda a qualquer outra subsequente que venha a vigorar até à publicação do Plano.

## PROCEDIMENTOS

De acordo com as circunstâncias excecionais enunciadas, entendemos ser enquadrável o desenvolvimento da proposta de suspensão total do Plano. Para tal a mesma deverá ser determinada por deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, ao abrigo do disposto na alínea b) do n.º 2 do artigo 100.º do RJIGT, sujeita a parecer prévio da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional territorialmente competente, emitido no prazo improrrogável de 30 dias, que acompanha a proposta de suspensão do Plano de pormenor apresentada pela Câmara municipal à assembleia municipal, após ponderação da pronúncia da CCDR-Norte.

A suspensão, abrangendo a totalidade da área do plano, decorre da necessidade de ajustar os objetivos e estratégias expressas no plano de pormenor com a nova realidade (menos favorável ao nível do reforço do tecido económico municipal existente) e as incompatibilidades decorrentes da alteração nas redes viárias previstas.

A suspensão prevista na alínea b) do n.º 8 do artigo 100.º do RJIGT implica obrigatoriamente o estabelecimento de medidas preventivas e a abertura de procedimento de alteração do plano e pormenor para a área em causa, em conformidade com a decisão tomada pelo município com vista a compatibilizar o novo traçado da variante à EN 14, o Nó da Autoestrada A3, sem prejuízo de garantir os interesses municipais e externos com a salvaguarda das principais características do contexto ambiental local.

Relativamente ao estabelecimento de medidas cautelares e de forma a enquadrar o respetivo âmbito territorial, temporal, material e de aplicação das mesmas são enunciadas medidas preventivas de natureza jurídica.

Após a aprovação pela Assembleia Municipal da suspensão do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, incluindo o texto das Medidas Preventivas respetivas e a planta de delimitação, a Câmara procede ao envio dos elementos instrutórios destinados à publicação da deliberação da AM na 2.ª série do Diário da República e de uma coleção completa do processo para depósito na DGOTDU, de acordo com o estabelecido nas alíneas e) e f) do n.º 4 do artigo 148.º do RJIGT, conjugado com o artigo 6.º n.º 2 da Portaria n.º 245/2011 de 22 de Junho.

As medidas preventivas são objeto de publicação no boletim municipal, assim como em dois jornais diários, num semanário de grande expansão e na página da internet do município (artigo 149.º n.º 2 do RJIGT).

Assim, julga-se que poderá ser sujeita à apreciação da Câmara Municipal a proposta de adoção de Medidas Preventivas, nos termos do previsto no n.º 1 do artigo 107.º do RJIGT, que determina a suspensão da eficácia para a área de intervenção do Plano abrangida por aquelas medidas, de acordo com o previsto no n.º 3 do mesmo artigo.

Com base no conteúdo da presente informação, entende-se ser de submeter à Câmara Municipal para que delibere sobre o seguinte:

1. Aprovar a suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa para a área delimitada em planta anexa à presente deliberação.
2. Estabelecer medidas preventivas para a mesma área pelo prazo de 2 anos, prorrogável por mais 1 ano.
3. Abertura de procedimento de alteração do Plano para a área em causa, em conformidade com a decisão tomada pelo município, ao abrigo do disposto no n.º 8 do art. 100.º do RJIGT, visando a definição de termos de referência que consistem no ajustamento do traçado da variante à EN 14 entre Maia e Famalicão e zona de servidão "non aedificandi" bem como na correção aos lotes afetados pelo novo traçado das vias.

IMP.519.01  
Data: 24.03.14

Rua das Indústrias, 393  
Ap. 65 | 4786-909 Trofa  
E. geral@mun-trofa.pt

//POLO I	//POLO II
T. +351 252 409 290	T. +351 252 409 850
F. +351 252 409 299	F. +351 252 409 299

Página 5

ATA N.º 09/2015 - DOCUMENTO 13 - FLS. 10/11

**TEXTO FINAL DAS MEDIDAS PREVENTIVAS ESTABELECIDAS POR MOTIVO DA  
SUSPENSÃO TOTAL DO PLANO DE PORMENOR DA ZONA INDUSTRIAL DA TROFA  
E ÁREA DE LOCALIZAÇÃO EMPRESARIAL**

**Artigo 1.º**  
Objetivo

As medidas preventivas têm a natureza de regulamento administrativo, sendo estabelecidas nos termos do artigo 107.º n.º1 do RJIGT, por motivo da suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa.

**Artigo 2.º**  
Âmbito territorial

Fica sujeita a Medidas Preventivas a área delimitada na planta anexa à deliberação municipal que estabelece a suspensão, correspondendo à totalidade da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa.

**Artigo 3.º**  
Âmbito material

As medidas preventivas consistem na suspensão da eficácia do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa com a consequente aplicação do ordenamento previsto no Plano Diretor Municipal da trofa, limitando as operações urbanísticas ao solo rural, urbanizado e urbanizável de acordo com o disposto nas respetivas disposições regulamentares previstas no Plano.

**Artigo 4.º**  
Âmbito temporal

1-O prazo de vigência das medidas preventivas é de dois anos contados a partir da data da respetiva entrada em vigor, prorrogável por mais um ano, conforme o n.º1 do artigo 112.º do RJIGT, se tal se mostrar necessário.

2- Durante o prazo de vigência referido no número anterior, fica suspensa a totalidade da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, sujeita a Medidas Preventivas, nos termos do definido no n.º3 do art. 100.º do RJIGT.

**Artigo 5.º**  
Entrada em vigor

As medidas preventivas entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no Diário da República.



**PLANTA DE DELIMITAÇÃO DA ÁREA  
SULTEIA A MEDIDAS PREVENTIVAS  
E SUSPENSÃO DO PLANO**



# PLANO DIRETOR MUNICIPAL DA TROFA

© 2001 Blackwell Science Ltd, *Journal of Internal Medicine* 250: 399–406

— **THE** —

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

100

10



ATA N.º 09/2015 - DOCUMENTO 73 - FLS. 212



tempo estabelecido para a sua permanência em estabelecimento coletivo, casa emprestada ou casa de função.

**Falta de condições de habitabilidade/salubridade** — consideram-se as situações em que o alojamento se encontra em risco de ruína ou não possua instalações sanitárias e/ou cozinha, água, saneamento e eletricidade.

**Desadequação do alojamento por motivo de limitações da mobilidade** — consideram-se as situações em que se comprovem doenças crónicas ou deficiências com grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, que condicionam a acessibilidade e/ou utilização do alojamento e situações de sobrelotação, no caso em que o índice de ocupação do fogo é igual ou superior a 3, sendo o índice de ocupação igual ao número de pessoas/número de quartos.

Variável: Tempo de residência no concelho

**Avalia a ligação do agregado familiar ao Concelho de Tabuaço em função do n.º de anos de residência neste Município.**

Variável: Tempo de trabalho no concelho

**Avalia a ligação do agregado familiar ao Concelho de Tabuaço em função do n.º de anos de trabalho neste Município.**

Variável: Tipo de família

**Monoparental** — homem ou mulher que coabita com os seus filhos.

Variável: Elementos com deficiência ou doença crónica grave comprovada (\*)

Consideram-se pessoas com deficiência comprovada as que usufruam de prestações por deficiência: bonificação do abono de família para crianças e jovens, subsídio por frequência de estabelecimento de educação especial (com idade inferior a 24 anos) ou subsídio mensal vitalício (maiores de 24 anos).

Consideram-se pessoas com doença crónica grave aquelas que apresentem comprovativo médico da especialidade.

Variável: Elementos com grau de incapacidade igual ou superior a 60 % (\*)

Consideram-se pessoas com doença ou deficiência, com grau comprovado de incapacidade igual ou superior a 60 %, desde que se encontrem em idade ativa e com capacidade para o trabalho. Considera-se idade ativa os indivíduos com idades compreendidas entre os 16 anos e os 64 anos de idade.

Variável: Pessoas em idade ativa com incapacidade para o trabalho

Consideram-se as pessoas em idade ativa que, por motivo de doença ou deficiência sua ou de terceiros, se encontram em situação de incapacidade de forma permanente para o trabalho. Incluem-se nesta variável as pessoas que auferem pensão de invalidez ou pensão social de invalidez, bem como os que apresentem comprovativo médico da necessidade de prestação de assistência permanente a terceira pessoa.

Variável: Escalões de rendimento *per capita* em função do Indexante de Apoios sociais

O Rendimento *per capita* define-se na relação entre o rendimento Mensal Corrigido dividido pelo número de indivíduos do agregado familiar. Considera-se o Rendimento Mensal Corrigido, nos termos da alínea g), do artigo 3.º da Lei n.º 81/2014 de 19 de dezembro.

$$\text{Rendimento per capita mensal} = \frac{\text{Rendimento Mensal Corrigido}}{\text{N.º de elementos do agregado}}$$

Considera-se os escalões de rendimento mensal *per capita* em função do IAS através da aplicação da seguinte fórmula:

$$\text{Rendimento per capita} \times \frac{100\%}{\text{IAS}}$$

(\*) Variáveis não cumulativas.

#### ANEXO III

[a que se refere a alínea h) do artigo 4.º]

#### Fator de capitação

Composição do agregado familiar (número de pessoas)	Porcentagem a aplicar
1	0 %
2	5 %
3	9 %
4	12 %
5	14 %
6 ou mais	15 %

208827116

## MUNICÍPIO DA TROFA

### Aviso n.º 8728/2015

#### Suspensão Total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e Área de Localização Empresarial

Sérgio Humberto Pereira da Silva, Presidente da Câmara Municipal da Trofa torna público, para efeitos do disposto na alínea f) do n.º 4 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas e na sua atual redação, que sob proposta da Câmara Municipal, a Assembleia Municipal da Trofa, em sessão ordinária realizada a 30 de abril de 2015, item 7, deliberou determinar a suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e Área de Localização Empresarial, bem como o estabelecimento de medidas preventivas.

A referida deliberação da Assembleia Municipal, a planta de delimitação e as medidas preventivas, são objeto de publicação no *Diário da República*, encontrando-se disponíveis para consulta na página da internet da Câmara Municipal, em [www.mun-trofa.pt](http://www.mun-trofa.pt), ou no Departamento de Administração do Território, desta Câmara Municipal, durante o horário de expediente.

4 de junho de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal da Trofa, *Sérgio Humberto Pereira da Silva*.

#### Deliberação

#### Suspensão Total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e Área de Localização Empresarial

Para efeitos do disposto na alínea f) do n.º 4 do artigo 148.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de setembro, com as alterações introduzidas e na sua atual redação, declara-se que a Assembleia Municipal da Trofa, em sessão ordinária realizada a 30 de abril de 2015, deliberou aprovar a proposta de suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e Área de Localização Empresarial, e aprovar as correspondentes medidas preventivas.

A suspensão vigorará pelo prazo máximo previsto no artigo 4.º das referidas medidas.

A referida deliberação foi tomada com vinte e cinco votos a favor e uma abstenção.

4 de maio de 2015. — A Presidente da Assembleia Municipal, *Isabel Maria Azevedo Ferreira Cruz*.

#### Texto das Medidas Preventivas estabelecidas por motivo da suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa e Área de Localização Empresarial

##### Artigo 1.º

##### Objetivo

As medidas preventivas têm a natureza de regulamento administrativo, sendo estabelecidas nos termos do artigo 107.º n.º 1 do RJIGT, por motivo da suspensão total do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa.

##### Artigo 2.º

##### Âmbito territorial

Fica sujeita a Medidas Preventivas a área delimitada na planta anexa à deliberação municipal que estabelece a suspensão, correspondendo à totalidade da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa.

##### Artigo 3.º

##### Âmbito material

As medidas preventivas consistem na suspensão da eficácia do Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa com a consequente aplicação do ordenamento previsto no Plano Diretor Municipal da Trofa, limitando as operações urbanísticas ao solo rural, urbanizado e urbanizável de acordo com o disposto nas respetivas disposições regulamentares previstas no Plano.

##### Artigo 4.º

##### Âmbito temporal

1 — O prazo de vigência das medidas preventivas é de dois anos contados a partir da data da respetiva entrada em vigor, prorrogável por mais um ano, conforme o n.º 1 do artigo 112.º do RJIGT, se tal se mostrar necessário.

2 — Durante o prazo de vigência referido no número anterior, fica suspensa a totalidade da área abrangida pelo Plano de Pormenor da Zona Industrial da Trofa, sujeita a Medidas Preventivas, nos termos do definido no n.º 3 do artigo 100.º do RJIGT.

#### Artigo 5.º

##### Entrada em vigor

As medidas preventivas entram em vigor no dia seguinte ao da sua publicação no *Diário da República*.

608829069

## MUNICÍPIO DE VILA NOVA DE POIARES

### Regulamento n.º 533/2015

João Miguel Sousa Henriques, Presidente da Câmara Municipal de Vila Nova de Poiares, torna público que:

Após terem sido cumpridas as formalidades previstas nos artigos 100.º e 101.º do Código de Procedimento Administrativo aprovado Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, e no n.º 2 do artigo 79.º do Decreto-Lei 10/2015, de 16/01, a Câmara Municipal, na sua reunião de 5 de junho de 2015, nos termos e para os efeitos previstos na alínea k) do n.º 1 do artigo 33.º, e alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º, ambos da Lei 75/2013, de 12 de setembro, aprovou, por maioria, a versão final do projeto de Regulamento do Comércio a Retalho Não Sedentário do Município de Vila Nova de Poiares, submetendo-o à Assembleia Municipal a qual, na sua sessão ordinária de 29 de junho de 2015 aprovou o supra mencionado Regulamento.

7 de julho de 2015. — O Presidente da Câmara Municipal, *João Miguel Sousa Henriques*.

### Regulamento do Comércio a Retalho Não Sedentário do Município de Vila Nova de Poiares

#### Nota Justificativa

Face à entrada em vigor do Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro que veio aprovar e criar o Regime Jurídico de Acesso e de Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração e estabelecer o regime contraordenacional respetivo, (RJACSR), procedendo também à alteração e revogação de outros diplomas legais, urge proceder à revisão do regime previsto no Regulamento das Feiras do Município de Vila Nova de Poiares e no Regulamento da Venda Ambulante do Município de Vila Nova de Poiares.

Pretende o legislador com o referido diploma, entre outras, não só harmonizar e sistematizar toda a legislação referente à atividade de comércio, serviços e restauração da área da Economia num único regime jurídico de acesso e exercício das referidas atividades, mas também, proceder à liberalização dos horários de funcionamento dos estabelecimentos e à descentralização da decisão de limitação de horários.

Por seu turno, o diploma constitui norma habilitante aos diversos Regulamentos Municipais, nomeadamente no que se refere ao regime dos horários de funcionamento dos estabelecimentos de comércio e de serviços, à atividade de comércio a retalho não sedentário, à atividade de restauração ou de bebidas não sedentária e à instalação e exploração de mercados municipais.

Assim, considerando que as regras de funcionamento das feiras do concelho, nomeadamente as condições de admissão dos feirantes, os critérios para a atribuição dos espaços de venda e demais normas de funcionamento, assim como as regras para o exercício da venda ambulante, designadamente a fixação de espaços autorizados para tal atividade e as condições de ocupação dos mesmos, devem, nos termos do n.º 1 do artigo 80.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro constar de regulamento a aprovar pelo Município de Vila Nova de Poiares no prazo de 120 dias a contar da data da entrada em vigor da mencionada Lei, evidencia-se, assim, a necessidade de se proceder aos correspondentes ajustamentos normativos.

Considerando, em especial, que atenta ao artigo 137.º do referido regime, a atividade de restauração ou de bebidas não sedentária segue o regime de atribuição aplicável na organização e funcionamento das feiras retalhistas, mercados municipais e mercados abastecedores e as condições para o exercício da venda ambulante referidas no artigo 81.º do referido regime, devendo o procedimento de seleção assegurar a não discriminação entre operadores económicos nacionais e provenientes de outros Estados-Membros da união europeia ou do Espaço económico europeu e efetuado de forma imparcial e transparente, passando apenas

a estar sujeitas ao regime da comunicação prévia e tendo em conta que o Município ainda não definiu as regras a que devem estar sujeitas estas atividades, o presente regulamento determina não só as regras de funcionamento das feiras no Município de Vila Nova de Poiares e as condições em que é exercida a venda ambulante mas também as condições em que pode ser desenvolvida a atividade de prestação de serviços de restauração e bebidas com caráter não sedentário em unidades móveis ou amovíveis ou em instalações fixas nas quais ocorram menos de 20 eventos anuais, com uma duração acumulada máxima de 30 dias.

Considerando ainda que, segundo dispõe o artigo 79.º do RJACSR, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da Câmara Municipal, aprovar o Regulamento do Comércio a Retalho Não Sedentário, do qual devem constar as regras de funcionamento das feiras do Município e as condições para o exercício da venda ambulante e identificar, de forma clara, os direitos e as obrigações dos feirantes e dos vendedores ambulantes e a listagem dos produtos proibidos cuja comercialização depende de condições específicas de venda;

Vem esta edilidade no uso da competência prevista no n.º 7 do artigo 112.º e no artigo 241.º, ambos da Constituição da República Portuguesa, e conferido pela alínea k) do n.º 1 artigo 33.º e g) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e em cumprimento do disposto no n.º 1 do artigo 79.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração aprovado pelo Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro, e após terem sido consultadas as entidades representativas dos interesses afetados (Juntas de Freguesia, Associação de Empresários de Poiares, Federação Nacional das Associações de Feirantes, Associação de Feirantes das Beiras, a Associação dos Vendedores Ambulantes Portugueses e a DECO — Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor, em simultâneo com a apreciação pública, de acordo com o previsto no n.º 2 do artigo 79.º do Regime Jurídico de Acesso e Exercício de Atividades de Comércio, Serviços e Restauração (RJACSR) e artigos n.º 100.º e 101.º do Código de Procedimento Administrativo, aprovada pelo Decreto-Lei n.º 4/2015 de 7 de janeiro, a Assembleia Municipal sob proposta Câmara Municipal, aprova o seguinte regulamento de acordo com o articulado seguinte:

## CAPÍTULO I

### Disposições Gerais

#### Artigo 1.º

##### Lei habilitante

O presente regulamento municipal é elaborado ao abrigo do disposto nos artigos 112.º e 241.º da CRP, do artigo 11.º do DI 10/2015 de 16 de janeiro e a al k) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a al g) do n.º 1 do artigo 25.º ambos do anexo I à Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro e Lei n.º 53-E/2006, de 29 de dezembro, com as alterações introduzidas pelas Leis n.º 64-A/2008, de 31/12 e 117/2009, de 29/12.

#### Artigo 2.º

##### Âmbito de Aplicação

1 — O presente regulamento estabelece, no que se refere ao comércio a retalho não sedentário, as regras de funcionamento das feiras do concelho, bem como aquelas que venham a existir, fixando as condições de admissão dos feirantes, os critérios para a atribuição dos espaços de venda, assim como as suas normas e horário de funcionamento.

2 — Estabelece também as regras para o exercício da venda ambulante na área do concelho, regulando as zonas, locais e horários autorizados à venda ambulante, bem como as condições de ocupação do espaço, colocação dos equipamentos e exposição dos produtos.

3 — Contempla ainda as condições de exercício da atividade de prestação de serviços de restauração ou de bebidas com caráter não sedentário.

4 — Excetuam-se do âmbito de aplicação do presente regulamento:

a) As regras de funcionamento das feiras realizadas por entidades privadas a quem compete elaborar o seu próprio regulamento nos termos do disposto no artigo 77 do Decreto-Lei n.º 10/2015 de 16 de janeiro;

b) Os eventos de exposição e de amostra, ainda que nos mesmos se realizem vendas a título acessório;

c) Os eventos exclusiva ou predominantemente destinados à participação de operadores económicos titulares de estabelecimentos, que procedam a vendas ocasionais e esporádicas fora dos seus estabelecimentos;

d) As mostras de artesanato, predominantemente destinadas à participação de artesãos;